

Festa em São Paulo e greve na França em homenagem ao Dia da Mulher

Para comemorar o 8 de março

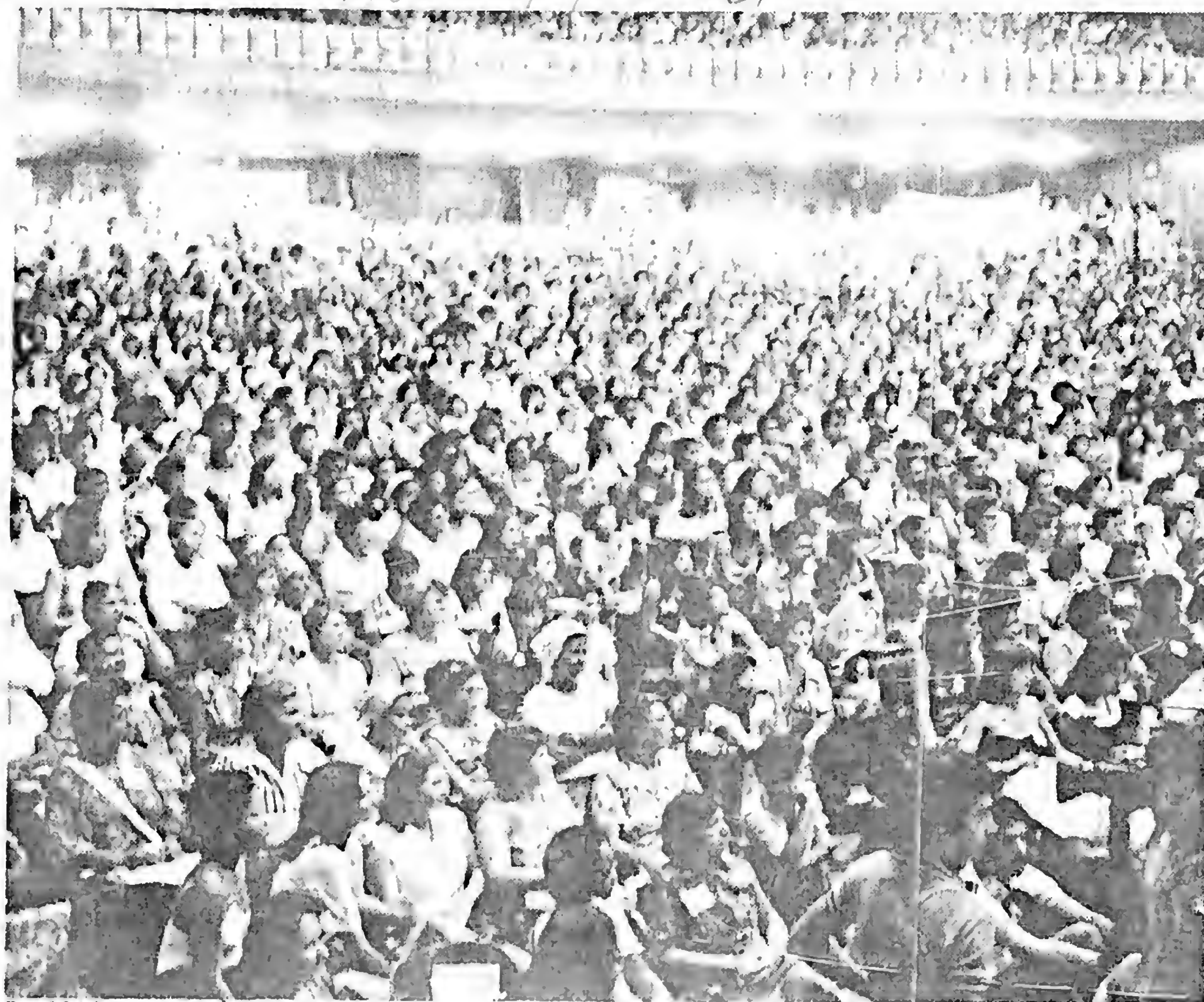
IREDE CARDOSO

Aproxima-se o Dia Internacional da Mulher. Ontem mesmo perguntei à moça que enchia embrulhos no supermercado se ela sabia dessa data. "Não — disse ela — só sei que é o aniversário de meu filho mais velhos." Conversamos a respeito do assunto e ela comentou: "Pois é, um dia muito importante, só que é segunda-feira e a gente vai continuar a fazer as mesmas coisas de sempre." Bom, essa é uma reflexão interessante. Porque as feministas têm sido acusadas de ser classe média e de não ir à periferia, ou de não ter ressonância, em suas lutas, com as mulheres operárias ou donas de casa. Reiteradas vezes temos lembrado que uma das entidades feministas mais organizadas, forte, representativa e significativa em nossa Capital (e já espalhada por outros municípios), a Associação das Donas de Casa, com 17 anos de existência.

A verdade é que neste 8 de março as mulheres irão comemorar descentralizadamente o seu dia. Mas vários grupos feministas decidiram também fazer uma comemoração aberta a todos os interessados. Já estão então convidados os que quiserem ver a forma pela qual, este ano — dando tréguas a toda luta pelo poder que aí está — as mulheres conscientes de que é necessário um mundo mais justo, mais agradável, mais amoroso, vão fazer sua comemoração.

A festa começa às 18h30, no Teatro Anchieta, a rua Dr. Villa Nova. Então, apresentaremos, através de teatro e bate-papo, questões relativas ao trabalho, sexualidade feminina, violência contra a mulher e creche. Mostraremos um calendário de nossas atividades para este ano. E, finalmente, Maricene Costa vai apresentar um show musical, com slides e texto, de músicas brasileiras que indicam a concepção que se teve e tem da mulher, nessa área.

Nós esperamos que, com isso, marquemos o dia condignamente. Porque, quem estiver interessada em se engajar num dos inúmeros grupos de trabalho que vêm sendo desenvolvidos, terá, nesse dia, oportunidade de conhecer o que vem sendo feito e o que deverá ser feito. Fica o convite.



Em 1980, um grande congresso unitário; agora, comemorações dispersas.

Mitterrand receberá feministas no Eliseu

RADHA ABRAMO

PARIS— O Dia Internacional da Mulher, 8 de março, movimentará Paris: o Movimento de Libertação das Mulheres (MLF) montou uma rede de atividades diversas, para esta semana, que culminará, dia 8, na place de La Republique, com uma concentração de mulheres e de associações femininas vindas de todas as partes da França. Não faltarão representantes de outros países e delegações de mulheres exiladas residentes aqui.

Na gare Montparnasse será inaugurada dia 8 uma grande mostra de fotos das mulheres historicamente atuantes no trabalho feminista, começando com Clara Zetkin, que deu origem ao 8 de março, Dia Internacional da Mulher, comemoração encampada pela Internacional Socialista em 1910.

Filmes, emissões especiais em rádios e na TV, conferências, debates, peças de teatro e shows musicais divulgarão, esta semana, o trabalho da mulher nas diversas áreas da vida social e da produção cultural. As brasileiras Maria Betânia e Zezé Mota estão sendo esperadas.

A Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) decidiu fazer de seu lado uma comemoração combativa, promovendo uma greve de quatro horas das mulheres e uma "tarde de ação interprofissional", na qual serão debatidos e denunciados os problemas referentes à vida pessoal e social da mulher. Essa greve está marcada para o dia 8. A CGT contudo conchama as mulheres para um desfile pelas ruas de Paris, no dia 7, que irá da place de la Republique à place des Fêtes.

O MLF (que tem o apoio de Mitterrand) de um lado, e a CGT de outro, ambas engajadas nas comemorações segundo seus métodos e objetivos próprios, pretendem, de qualquer forma, arregimentar todas as categorias profissionais na expectativa de conseguirem participação maciça da população feminina. Cartazes, grupos de jovens pelas ruas, a distribuir volantes e os jornais que estão dando noticiário diário sobre as atividades programadas certamente induzirão milhares de mulheres à greve geral.

Dia 8, cerca de quatrocentas representantes de associações feministas francesas serão recebidas no Eliseu por François

Mitterrand, que em seu discurso refletirá a posição do atual governo em relação a medidas especiais que serão adotadas e no que diz respeito à discriminação salarial das mulheres e creches obrigatórias, abertas durante 24 horas seguidas.

O MLF reivindica ainda prioridade de emprego para as mulheres (52 por cento da população da França), que também reivindicam 52 por cento de poder nas decisões profissionais, culturais, políticas e familiares. Exigem ainda o reconhecimento do trabalho doméstico de todas as mulheres, indenização, fichas de pagamento etc. As mulheres que trabalham em casa deverão ser pagas pelo seu serviço cotidiano.

A associação das mulheres no combate e na defesa de seu lugar na sociedade é difícil, conturbada, às vezes discutível e até passível de críticas. Mas não há outro caminho senão o da organização, do debate franco e aberto e da exposição dos problemas, por menores que sejam.

A mulher brasileira deve também se organizar, seja no trabalho, seja dentro de casa, na escola, na igreja ou no partido político a que pertença. Deve falar sobre seu papel social e individual, sobre problemas domésticos, de trabalho e de suas atividades culturais. Essa é a única maneira da sociedade como um todo, tanto a nível subjetivo como objetivo, parar para pensar a discriminação selvagem e escravista da mulher.

As mulheres francesas do MLF e da CGT conchamam as mulheres de todo o mundo para a conscientização e a reivindicação de um papel mais digno para a mulher numa sociedade contemporânea. Nos países africanos, nos EUA, na América Central, na Europa, o Dia Internacional da Mulher será comemorado com ou sem greves. As francesas optaram pelo sangramento da ferida, a greve. Para elas, a paralisação tem um significado profundo, porque mexe com as estruturas mais complexas da sociedade. Quando alguma associação intervém no sistema de produção com uma greve, pelo menos todo mundo quer saber o porquê dessa greve. Dá para pensar, ao menos. Elas acreditam nisso.

Antimachismo até na obra de Platão

ROMA — A publicação de "A Imagem da Mulher na Cultura Grega", de Angiola Gallonga, volta a focalizar a antiga rivalidade existente entre "platônicos" e "aristotélicos". Desta vez, porém, o ponto de vista é diferente, e bem particular. Em seu ensaio, de fato, a pesquisadora procura conhecer a opinião dos dois filósofos acerca da mulher.

Segundo Platão, "a educação da mulher ateniense é uma verdadeira vergonha. Se comparada com os pássaros, mesmo aqueles de tamanho bem pequeno, a mulher de Atenas aparecerá sempre numa posição de inferioridade. De fato, pelo menos diante do perigo aqueles pássaros parecem dispostos a defender sua prole até a morte". "O erro mais extraordinário" — diz Platão — "é o fato da mulher viver fora da lei e da educação. Assim como estão as coisas, o Estado vive reduzido pela metade, em lugar de se multiplicar, como deveria ocorrer." Estas palavras do filósofo grego suscitaram grande entusiasmo das feministas.

Quem levou a pior foi Aristóteles. Segundo ele, "mulher e homem são como o corpo e a alma. O escravo e o patrão. A mulher, na realidade — afirma o filósofo —, é apenas, um homem estéril, visto que, na procriação, seu papel é totalmente passivo. Mesmo assim, a mulher de Atenas tem o grande privilégio de estar por cima das escravas... Mas naturalmente — pelo bem da sociedade — ela deve obedecer e silenciar-se. "Estas palavras de Aristóteles caíram como uma verdadeira bomba entre as feministas, que já qualificaram o filósofo como "um pequeno-burguês".

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal *Folha de São Paulo*Data *04/03/82*Pág. *13*

Pasta n.º

N.º do recorte

Unicef "surpresa" com caso do leite

13.13
25/3/82
FSC

A decisão da Nestlé norte-americana de modificar a sua estratégia de propaganda da linha de leites em pó infantis se estende a todas as suas empresas instaladas em várias partes do mundo, disseram ontem o consultor de "marketing" e comunicação da Unicef, Richard Manoff, e o médico Derick Jelliffe, da Universidade da Califórnia. Eles estão no Brasil a convite do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan), vinculado ao Ministério da Saúde; e da Sociedade Brasileira de Nutrição, para tomar conhecimento da Campanha Nacional pelo Aleitamento Materno e contribuir com suas experiências.

Manoff e Jelliffe manifestaram-se "surpresos" com a declaração do diretor de "marketing" da Nestlé brasileira, José Lemos, dada anteontem à "Folha", de que a filial brasileira não cogita mudar sua linha de atuação, "enquanto não for aprovado um projeto de lei regulamentando a propaganda de produtos substitutos do leite materno", conforme o código de ética aprovado no ano passado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). "Não conseguimos entender como uma filial pode contrariar a ordem da direção da matriz", afirmaram.

Eles estiveram ontem à tarde reunidos em São Paulo com o secretário da Saúde, Ad'b Jatene, técnicos da Secretaria, representantes do Inan, da Sociedade Brasileira de Nutrição, Unicef (Fundo das Nações Unidas para Crianças) e outras entidades médicas. Na oportunidade, tomaram conhecimento dos trabalhos desenvolvidos pelo programa de incentivo ao aleitamento materno no País, sob a coordenação do Inan e Unicef, em várias capitais, com a participação dos setores de Educação, Promoção Social, Inamps e Prefeituras.



Zona Leste implanta a minicreche

Encontrar uma pessoa responsável ou um local adequado para deixar os filhos durante o dia sempre foi um grande problema para as mulheres que trabalham fora de casa. Essa dificuldade atinge principalmente as famílias de baixa renda que vivem na zona Leste da cidade, uma região que dispõe de poucas creches e berçários particulares e mantidos pelo poder público e entidades assistenciais.

Para tentar diminuir esta carência, o Conselho Comunitário da região Tatuapé-Penha lançou ontem à noite um plano inédito de minicreches domiciliares ou comunitárias, que deverá começar a ser implantado no mês de abril. O projeto, que será submetido à apreciação

da comunidade em uma assembléia, prevê o funcionamento de mini-creches em residências em que as donas-de-casa se disponham a cuidar dos filhos das vizinhas que trabalham fora, recebendo para isso uma remuneração baseada em 10% de seus salários. Inicialmente, estas mini-creches deverão atender no máximo grupos de 10 crianças de até 1 ano de idade.

INÍCIO

A idéia das minicreches domiciliares começou a ser discutida há dois meses, depois que o Conselho Comunitário passou a receber uma série de reclamações sobre a falta de berçários e creches nos bairros do Tatuapé, Penha, Vila Matilde, Artur Alvim, Ermelino

Matarazzo, Vila Carrão, Cidade Patriarca, Vila Saete, Vila Granada e Vila Rê. E, sem muitos debates teóricos, começou a se desenvolver um dos primeiros movimentos comunitários na região. Várias experiências foram analisadas, mas o plano de creches domiciliares desenvolvido nos Estados Unidos e Europa foi considerado a melhor e a mais barata opção.

O presidente do Conselho Comunitário do Tatuapé-Penha, Cleber Onias Guimarães, acredita no sucesso deste projeto principalmente devido à localização da minicreche próxima às casas das mulheres que trabalham fora. "Este ponto é muito importante porque a mãe não precisa ficar carregando seu filho de ônibus até uma creche distante ou a empresa que trabalha. Então ela deixa o bebê na minicreche perto da sua casa e não vai trabalhar atormentada por deixá-lo com uma babá, um filho mais velho ou uma vizinha em quem não confia. Nosso plano visa a atender a classe média baixa, as jovens mães que trabalham para ajudar no apertado orçamento doméstico."

Inicialmente, o Centro Comunitário pretende montar uma minicreche piloto e mostrar a viabilidade do plano a partir do seu funcionamento. A sua localização ainda não foi escolhida e deve ser anunciada nos próximos dias.

FUNCIONAMENTO

Para que uma minicreche comunitária possa funcionar, é necessário, em primeiro lugar, que a donadecasa ofereça sua casa e se disponha a cuidar de um grupo de crianças até um ano de idade. Uma equipe composta de dirigentes do conselho, psicólogas e assistentes sociais visita, então, a residência e vê se ela tem condições de funcionar como uma minicreche. Ao mesmo tempo, a donadecasa, que funcionará como monitora, é submetida a entrevistas, que irão verificar se ela tem condições de arcar com a responsabilidade. Se aprovada, ela receberá um curso em um clube de mães.

Além de todo esse cuidado, o plano prevê a criação de um centro de triagem para receber as mães que se inscreveram, verificar sua situação sócio econômica e indicar a minicreche mais perto de sua casa. Uma central também funcionará dando retaguarda às monitoras,

em casos de doenças ou acidentes, contando com a participação de médicos, psicólogas e assistentes sociais de plantão. A alimentação das crianças deverá ser fornecida por suas famílias e os berços já estão sendo doados pela comunidade.

AMPLIAÇÃO

Numa segunda fase, o Conselho Comunitário pretende ampliar o programa para crianças até seis anos, utilizando salões paroquiais e sedes de mais de 50 clubes existentes na região, que ficam fechadas de segunda a sexta-feira. Além disso, as minicreches também irão aceitar filhos de mulheres que estão procurando emprego. Neste caso, o pagamento será feito em parcelas depois, de conseguida uma colocação.

Segundo Cleber Onias Guimarães, o projeto está sendo recebido com muito entusiasmo na região e tem tudo para dar certo e resolver o problema das mães que trabalham fora. Mais de 50 donas-de-casa já se mostraram interessadas em transformar suas residências em minicreches. Qualquer informação pode ser conseguida através do telefone 294-6997.

Um debate sobre a mulher, num clube machista

F/SV 5/3/82 IREDE CARDOSO

"Estão me devendo um almoço." Foi assim que uma mulher, dona de indústria metalúrgica de Campinas, reagiu ao "almoço político" do Grupo de Assessoria do Palácio (GAP). O almoço foi realizado anteontem, no famoso Clube Nacional, famoso por não permitir a entrada de mulheres e, nesse sentido, como afirmou o presidente do GAP, Paulo Richter, abalou os alicerces dessa tradição machista da entidade. Mas se pretendia discutir no encontro a participação da mulher na política, e havia pouco mais de 20 mulheres para cerca de 50 homens presentes.

Além disso, foram chamadas para falar sobre o assunto a deputada Teodosina Ribeiro (ex-MDB, agora no PDS) e a ex-deputada Conceição da Costa Neves.

A reclamação da senhora de Campinas foi realmente comovedora. Não fosse a deputada Teodosina, que se esforçou muito para trazer alguns dados à questão da participação da mulher na política, teríamos ficado com as tristes manifestações de Conceição, que até hoje considera a mulher como "rainha do lar". Ela protestou inclusive quando se falou que a Assembléia Legislativa só teve creche no momento em que a deputada Irma Passoni a reivindicou, porque lá ter um bebê: "Está muito errado, porque Assembléia não é berçário."

Conceição, uma mulher que foi cassada, "mas não foi castrada", como ela mesmo diz, falou muito de si própria, elogiou o "ditador, Getúlio Vargas" e teve a coragem de discordar de Teodosina Ribeiro, que apontou a quase total ausência das mulheres na política. Basta dizer que ela abriu seu discurso com um "Viva o homem", e negou que o direito ao voto tivesse sido uma vitória da luta das mulheres ("Foi Getúlio quem deu"). Depois fez um "elogio" às mulheres: "nós somos a grande força do mundo, porque é do nosso ventre que o homem sai, porque ele segura nossas saias e, no dia em que quisermos competir com os homens, estamos perdidas."

Teodosina falou da mulher na Revolução Francesa, do desamparo da mulher no campo, de Berta Lutz, da conquista do voto. Mas elogiou o Movimento de Arregimentação Feminina e outros semelhantes, e esquecendo-se de contar tudo o que vem sendo feito por vários grupos de mulheres, neste momento. Para Teodosina, o problema da mulher é de educação, de falta de informação, mas ela pode, estando à frente dos postos de comando, ser "mais sensível". Infelizmente, esqueceu-se de falar de Margareth Thatcher. Mas deu um conselho de bom senso: "Que as mulheres se filiem aos partidos políticos." E se candidatem, "porque o homem sabe, hoje, que a mulher é útil em todos os segmentos".

Agora isso, os homens falaram, quase só, e mal, do PMDB. Especialmente o deputado Marcos Cortes, ex-PMDB, agora PDS.

A situação da mulher na política não foi, de fato, uma tônica nesses debates do GAP, especialmente quando Conceição elogiou o trabalho do prefeito Reinaldo de Barros, na periferia, onde moram sua "copeira e cozinheira". E, além do mais, prometeu votar no prefeito "pela injustiça cometida contra Ademar de Barros". Mas o fecho de ouro da ex-deputada foi notável: "O importante não é ser deputada, o importante é ser mulher. Somos como presidentes ou parlamentares, através de nossos filhos, de nossos maridos." Puro machismo.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *C. Est. São Paulo*
Data: *06/03/82*
Pág.: *14*

Pasta n.º

N.º do recorte

Venda de crianças leva Juizado a fechar creche

Da sucursal do
RIO

O Juizado de Menores do Rio fechou ontem a creche Ninhum que funcionava na rua Cosme Velho, 361, no bairro do Cosme Velho, acusada de vender crianças para o Exterior. Segundo denúncias, as crianças eram vendidas por cerca de Cr\$ 547 mil — 3.800 dólares — cada uma. O curador de menores, Carlos de Melo, disse que as crianças eram mandadas para os Estados Unidos, Holanda e França.

Ao chegar ao local, o curador assustou-se com a presença de um cão Dobermann, que o ameaçou. Ele insistiu em ser atendido até que alguém surgiu numa janela e ele da rua mandou que o animal fosse preso e, identificando-se, entrou no imóvel. Cinco crianças, todas recém-nascidas, estavam no interior da casa. Foram autuados os proprietários da creche, Werner Blummer, John Flik Hedterick, Kaather Louis Hedeterick.

Nehe Marian e os brasileiros Antônio Vicente de Melo Filho, Wilson Passos Sá e Cláudio Roberto de Castro.

Os três brasileiros explicaram que a Ninhum não vendia crianças, mas que a adoção era legal e que talvez apenas não seguisse a linha burocrática exigida pelo Juizado de Menores. Garantiram que não cobravam nada dos pais adotivos, mas apenas a despesa com o transporte das crianças. O curador Carlos de Melo destacou que nenhuma das crianças encontradas tinha documentação legal. Ele não sabe dizer quantas já foram enviadas ao Exterior através da creche, que não tinha documentação legal para funcionar. Sabe, entretanto, que nos últimos meses mais de 20 crianças de zero a quatro anos saíram do País.

Imediatamente após a localização da creche, a Polícia Federal enviou ofício aos postos da fronteira, proibindo a saída do País de qualquer criança sob a responsabilidade da Ninhum.

São Paulo, Domingo, 7 de Março de 1982

n.º 268

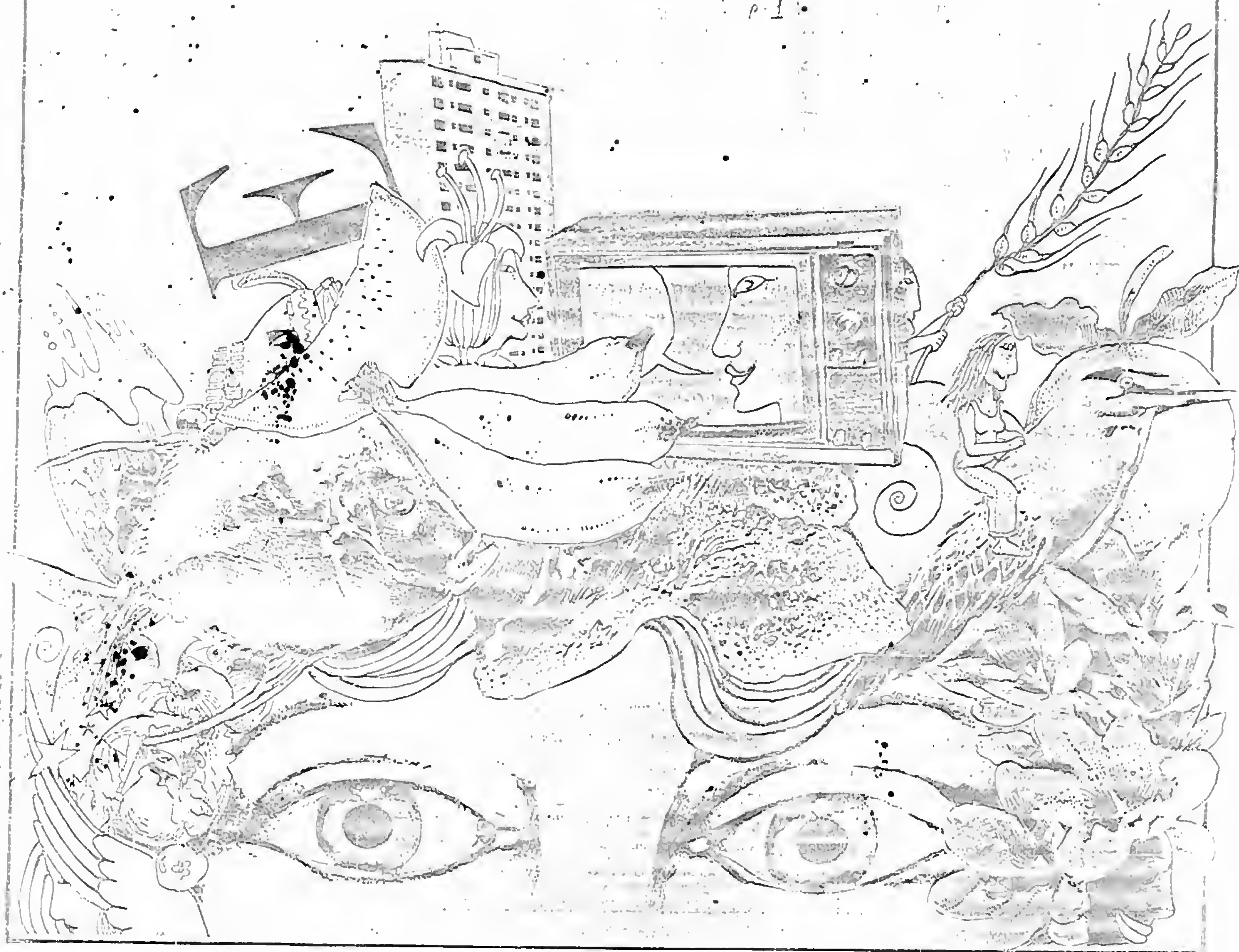
FOLHETIM

MULHER

entre o reformismo e a utopia

Folhetim 7/3/82

p. 1



Nesta edição:

2

Irene Viana comenta certas reações ao feminismo.

3

Um artigo de Maria Carneiro da Cunha focaliza o feminismo do ponto de vista histórico mostrando sua evolução e suas adaptações estratégicas de ontem e de hoje.

4

A advogada e professora da PUC, Silvia Pimentel, nos conta num artigo como se articulou o projeto de um esboço de novo Estatuto Civil da Mulher, elaborado por ela e Floriza Verucci, e que intenções as motivaram.

5

Carmen Barroso, psicóloga social e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, analisa a situação da mulher no contexto da reprodução, da qual é a principal agente, mas também paciente, porque submetida a controles de todos os tipos. Na mesma página, um resumo de alguns projetos alternativos de planejamento, em que a mulher está no centro das decisões.

6

A participação da mulher na política brasileira é ainda insignificante. Mais grave que isso é o fato de que algumas das mulheres que nos representam ou nos representaram nos Parlamentos estão ainda longe de uma consciência mais profunda das questões específicas da mulher. Talvez seja este o momento de pensar em começar a modificar isso, aproveitando esse ano eleitoral para fazer caminhar nossas reivindicações. É o que nos diz Irene Cardoso. Na mesma página, um comentário sobre uma das raras (ou a única) pesquisas de campo sobre a mulher e a política: "As Prefeitas" de Eva Blay.

7

Há cinquenta anos, as mulheres brasileiras conquistaram o direito de voto. Caminhamos muito pouco desde então.

8

Uma reportagem de Vera Artaxo revela o perfil dos principais grupos feministas de São Paulo, em sua riqueza e variedade.

9

Um tribunal que presta homenagem a Bertha Lutz foi o instrumento escolhido por vários grupos de São Paulo, para servir de veículo de denúncia e conscientização sobre a discriminação contra a mulher.

10

A pesquisa científica, ao contribuir com dados e análises sobre os vários aspectos da condição da mulher, transforma-se numa arma eficaz na luta contra o sexismo ou o racismo. É o que nos diz um artigo da socióloga e escritora Heleleth Saffioti. Na mesma página, uma bibliografia sucinta de alguns livros sobre o assunto publicados no Brasil.

11

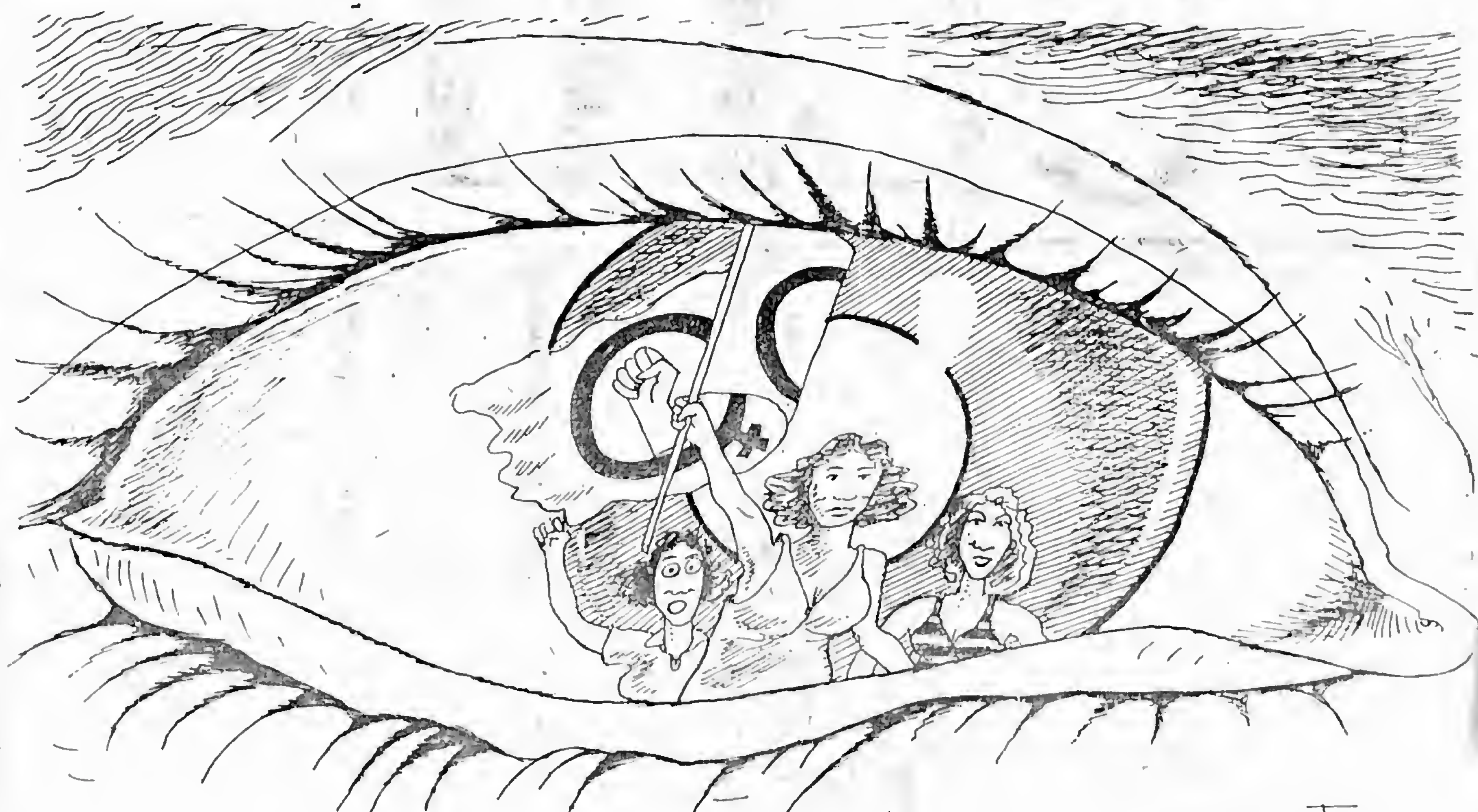
A cultura feminina, como avesso da cultura dominante, tem por função exatamente virá-la pelo avesso. Isto é, subvertê-la, afirma Anésia Pacheco e Chaves num artigo. Na mesma página os resultados de uma pesquisa sobre a imprensa feminina e um comentário sobre um novo gênero de textos que está surgindo: o de testemunhos de mulheres colhidos por mulheres.

12

Um conto de Cecília Prada nos devolve em forma literária uma situação traumatizante que pode nos acontecer todos os dias: a da violência contra a mulher.

A diagramação deste "Folhetim" é de Marlene Rodrigues.

Ilustração de Fausto Bergocce.



Entre as discriminações, talvez a mais insidiosa seja a existente contra a mulher, porque vem habitualmente camuflada por elogios ao "eterno feminino".

Por um mundo plural

Irene Viana

A história das discriminações é tão antiga como andar a pé. E, no fundo, ela se baseia em diferenças que não são aceitas apenas como diferenças, mas como sinais de inferioridade, arbitrariamente eleitos por um dos lados como sendo os "piores". Esse lado é sempre aquele que detém a força e acha, por isso, que também detém a verdade e a razão.

Conselheiro Acácio, na sua óbvia sapiência, afirmaria: negro é negro, branco é branco, judeu é judeu, homem é homem, mulher é mulher. Para o preclaro, que optou por ressaltar publicamente seu lado histriônico, a constatação põe fim a qualquer argumentação posterior.

Como brincadeira, tem lá sua graça. Mas o que assusta é ver pessoas seguidamente utilizarem o pensamento acadêmico como prova cabal da validade de sua discriminação.

Todo preconceito é odioso e marginalizar, oprimir, desprezar e usar outro ser humano é prática que envergonha. Mas entre as discriminações, talvez a mais insidiosa seja a existente contra a mulher, porque vem habitualmente camuflada por elogios (?) à rainha do lar, ao encanto do "eterno feminino", ao seu papel de construtora anônima da sociedade saudável. Atrás de um grande homem, está sempre uma grande mulher. Bela frase, esta. Não ao lado, mas atrás. Atenção.

REAÇÕES EM CADEIA

A reação a esta situação milenar vem crescendo ultimamente. Mulheres, cada vez em maior número, não admitem mais o papel subalterno e secundário que lhes foi reservado a partir do momento em que o homem da caverna matou o primeiro brucutu e trouxe seus restos para o jantar. Como a mulher não matou o brucutu, coube-lhe (metaforicamente) lavar os pratos, que lugar de mulher é na cozinha. Pegou. A diferença foi eleita como sinal de inferioridade e quem não concordasse acabava como o brucutu.

A partir do momento em que vozes femininas e masculinas — e não são recentes — começaram a gritar contra isso, apareceram outras, claro, lutando pela manutenção dos privilégios. E houve a grande simplificação. A mulher que não aceitasse seu "belo e sagrado papel" de ser "apenas" mulher, segundo cânones que não estabeleceu, ou era fela, ou era mal-amada, ou era lésbica, ou era melida a intelectual. Ou era tudo junto, o que ficava melhor.

A mulher que não aceitasse seu "belo e sagrado" papel estava se comportando como uma desocupada da classe média, que na falta de ter o que fazer, resolveu brincar de Inconformada.

VISÃO POLÍTICA?

E ainda: aquela rebelde não passava de uma pessoa com visão política deformada, que, ao invés de lutar pela grande e definitiva revolução (pauacéla, como todos sabem, para as infinitas injustiças deste mundo), ficava aí querendo respeito, igualdade de direitos e de remuneração.

Uma colher de "gracinhas" em cima disso e temos argumentos prontos para acabar com estas feministas. Argumentos de efeito, fáceis de usar em qualquer lugar e junto a todo tipo de público.

A saída, claro, não é por aí. As plaçadas passam e a intolerância é vencida pela persistência e clareza nas reivindicações. Neste século, após cem anos de lutas, conquistamos os direitos políticos. Resta acabar com a conotação pejorativa que ainda se dá à palavra "sufragista". Foram elas, sua união e sua luta que deram um passo para que a situação da mulher evoluísse socialmente. E o voto foi conquistado por e para mulheres felas, bonitas, magras, gordas, do PDS ou do PT.

A maior mobilização por este direito ocorreu numa época conturbada, palco de inúmeras transformações. Nem por isso se tem notícia de que, por isso, a Revolução Russa deu — quando ocorreu — com os burros n'água ou que as argumentações das sufragistas atrapalharam o proletariado e retardaram algumas de suas conquistas.

O FASCÍNIO DAS DIFERENÇAS

Reduzir um dever específico — ou seja, aquele que as mulheres têm de batalhar pela igualdade de tratamento e respeito pelo que fazem — a questões de boteco ou discursos inconsequentes sobre a responsabilidade da "massa" é não entender que "massa" é plural. E que todos devem lutar — juntos, de preferência, e separadamente, quando necessário — para uma sociedade melhor.

Esta sociedade, por mais incrível que pareça a certas cabeças, também é formada por mulheres. E por negros, judeus, homens, japoneses, crianças, palmeirenses e corintianos. Quem sabe por isso — apesar das mazelas e das injustiças — ainda seja fascinante. Não respeitar as diferenças é tentar acabar com este fascínio. Onde está a malandragem?



*Uma metade da humanidade não se
move com a outra permanecendo parada*



A luta mais longa

Maria Carneiro da Cunha

Folhetim
3
7/3/82

ORIGENS

A dominação sobre as mulheres perde-se na noite dos tempos. Para alguns (que desejam vê-la perpetuada), ela seria eterna, porque "natural"; para outros, teria surgido no Neolítico, paralelamente à expansão da agricultura de charrua, que, se permitiu o acúmulo de bens, também ensejou o aparecimento de uma organização social, em que é nítido o predomínio de uns sobre outros: o sistema patriarcal que perdura até hoje, apesar de todas as transformações por que passou a humanidade.

Se é praticamente impossível determinar quando se instituiu esse sistema, também não é fácil delimitar quando teria surgido o feminismo, considerando este termo em sua acepção mais ampla de reação das mulheres ao seu estatuto de dominadas. Mas se nossa sociedade e nossa cultura como um todo são androcêntricas, isso não significa que ao longo da História não tenham surgido épocas mais ou menos favoráveis às mulheres. Também podem ser apontados numerosos exemplos de mulheres isoladas ou em grupo que se rebelaram contra sua condição, muito embora a História oficial (que certamente não é a das mulheres) tenda a ocultar esses fatos ou deixá-los na penumbra.

PRECURSORAS

Seria feminista, por exemplo, Christine de Pisan, dama francesa do século 14, de origem toscana, que teve acesso à educação e se transformou em escritora profissional por necessidade econômica? Ela foi indubitavelmente uma combativa defensora de seu sexo, tendo participado de numerosas querelas sobre a inferioridade das mulheres, tese sustentada principalmente pelos clérigos da época. Mas quando ela viveu, o termo feminista ainda não existia, pois foi inventado no começo do século 19, por esse imaginoso criador de palavras e sistemas que foi Fourier, um precursor sob muitos aspectos.

Mas em termos políticos e não meramente individuais, o feminismo pode ser considerado como contemporâneo da Revolução Francesa, que marca exatamente a época em que as mulheres passaram a reivindicar publicamente os direitos políticos. À famosa Declaração dos Direitos do Homem, Olympe de Gouge retrucou com a sua Declaração dos Direitos da Mulher, afirmando que "se a mulher tem o direito de subir ao cadafalso, também deveria ter o direito de subir à tribuna". A resposta dos convencionalistas, apesar dos esforços de Condorcet na defesa da emancipação das mulheres, foi a de proibir o funcionamento de todas as associações femininas existentes, o que pôs fim aos numerosos Clubes Republicanos de Cidadãs que se tinham criado nas vésperas da Revolução. Não seria a primeira vez que as mulheres participariam ativamente de um movimento revolucionário, para se ver depois colocadas em segundo plano, tendo suas reivindicações recusadas.

INVOLUÇÃO

A partir de então, com a consolidação da sociedade burguesa, a situação civil das mulheres só fez involuir, resultando, poucos anos depois (1808), no verdadeiro tratado de misoginia que é o Código Civil instituído por Napoleão.

No entanto, a mensagem de "liberdade, igualdade, fraternidade", que servira de lema à Revolução Francesa não deixou de lançar sementes em alguns espíritos femininos. Do outro lado

da Mancha, Mary Wollstonecraft escreve o "Reivindicação dos Direitos das Mulheres" (A Vindication of the Rights of Women), onde, ao mesmo tempo que se coloca como discípula de Rousseau, contesta acerbamente suas opiniões estreitas sobre a educação das mulheres.

O início do século 19 vê surgir um outro movimento de tendência igualitarista, o socialismo, e é no foco dos dois movimentos que se situa a figura de Flora Tristan, que se tornou uma ativista tanto a favor da emancipação das mulheres como da união das classes operárias em sua pregação através da França. Mas a misoginia não recua facilmente só porque se pronuncia a palavra "igualdade" e haverá mesmo entre os socialistas, os que acham que uns são mais iguais do que os outros, como Proudhon, que afirma que "a propriedade é um roubo", mas acha que a função "natural" das mulheres é servir ao homem.

VERTENTES

Desde então, o feminismo se desenvolve em duas vertentes diferentes, uma liberal que tem o seu representante mais destacado no filósofo inglês John Stuart Mill (autor de "A servidão das mulheres") e defensor do direito de voto às mulheres), e outra ligada ao movimento socialista, que iria se fortalecer a partir da metade do século 19. Uma outra tentativa revolucionária — a da Comuna de Paris — em 1870 iria congrega de novo um grande número de mulheres, que lutaram nas ruas como Louise Michel. Seu papel foi ainda mais importante quando se pensa que nessa ocasião a grande maioria dos homens válidos estava concentrada no "front" da guerra franco-prussiana. Naturalmente, após a vitória (que durou pouco), o governo provisório, composto só de homens, mandou que elas voltassem para casa e esperassem por mais um século para obter seus direitos políticos.



"Vejo uma Louise Michel no horizonte", desenho de Robida

MOVIMENTO DE MASSA

Foi justamente em torno da conquista desses direitos que se articulou o primeiro movimento feminista de massas, que foi o das sufragistas, nas últimas décadas do século 19 e início do século atual. Essa luta, que tomou formas particulares em cada país, tende hoje a ser menosprezada, porque, mesmo após a conquista do direito de votar e ser votada, a situação concreta das mulheres pouco se modificou, assim como pouco mudou a exploração daquelas das camadas mais pobres que passaram a povoar em massa as fábricas do nascente industrialismo, como mão-de-obra ainda mais barata que a força de trabalho masculina.

No entanto, se levarmos em conta as tremendas oposições que esse movimento despertou (chegando a ser violentamente reprimido na Inglaterra), não se pode deixar de admirar a perseverança dessas mulheres que conseguiram a duras penas obter o que lhes fora negado ao longo de dois séculos.

NA FAMÍLIA

No terreno das relações dentro da família e das leis que as regulam, elas teriam que esperar muito mais. Com a Revolução Russa de 1917, uma série de medidas foram tomadas pelo governo revolucionário (e especialmente por Alexandra Kollontai) para possibilitar às mulheres uma maior participação no trabalho industrial e na

vida pública. Para tanto era necessário retirá-las da posição subalterna dentro da família e lhes proporcionar meios eficazes de controlar a reprodução, o que foi tentado com a instituição do casamento por simples acordo entre os interessados e a liberação do aborto (não havia outro método eficiente na época). Essas medidas, foram, no entanto, quase inteiramente revogadas por Stalin na década de 30, quando as prioridades foram concentradas na produção, na criação de uma indústria pesada e depois no esforço de guerra. Os serviços sociais indispensáveis a uma socialização maior da vida familiar foram deixados em segundo plano ou adiados indefinidamente.

ENTRE GUERRAS

Com a primeira guerra mundial, as mulheres foram maciçamente convocadas a substituir os homens em diversas funções antes tidas como "masculinas", mas com a volta destes das frentes de batalha, tiveram novamente que voltar para casa ou então disputar as condições muito difíceis de um mercado de trabalho em crise de desemprego e recessão. Isso mostra claramente que as discriminações no âmbito profissional são usadas eficazmente pelos detentores do poder, que convocam a mão-de-obra feminina (por preços mais baixos) quando isso é interessante e a imobilizam quando deixa de sê-lo. Esses fatores, aliados à ascensão do nazi-fascismo que marcaria o período entre guerras, também se refletiram no quase total refluxo do movimento feminista.

Embora permanecesse uma consciência difusa, ele só voltaria a se articular em fins da década de 60, coincidindo com os movimentos libertários e antiautoritários que eclodiram na mesma ocasião especialmente entre os jovens e as massas estudantis de diversos países. Mas ele também ressurgiu com características diferentes das de outras épocas.

VISÃO TOTALIZANTE

Uma visão histórica do feminismo, mesmo que superficial, nos revela pelo menos duas coisas: que não se trata absolutamente de um movimento recente e menos ainda de um modismo, mas de uma reivindicação profunda e permanente de metade da humanidade, que sempre se manifestou de uma forma ou de outra, mas que se avolumou quando as condições históricas se tornaram mais propícias e uma parcela considerável dessa metade pôde fazer ouvir a sua voz.

Evidentemente, ele surge e ressurge de formas diferentes, que não podem ser reduzidas a expressões únicas e simplificadoras. Fruto da afirmação da personalidade individual que culminou no século 18, surgindo associado às propostas do liberalismo e do socialismo no século 19, o feminismo não se identifica inteiramente com nenhum dos dois, mas tem pontos de contato com ambos, na medida em que alguns acreditam que o primeiro realmente visa à liberdade e o segundo à igualdade. A especial característica das mulheres, que estão inseridas em todas as classes (mas democraticamente oprimidas em todas) e os efeitos na cultura de uma dominação milenar, fazem com que não se possa cobrar desse movimento uma "pureza ideológica" (isto é, uma adesão total a alguma das ideologias existentes), já que ele tem necessariamente que variar as estratégias, para conseguir avanços significativos ao longo da História.

HORIZONTE DE UTOPIA

Apesar disso, o feminismo atual, tal como se vem configurando nas últimas duas décadas no plano prático e teórico, representa realmente um avanço em relação às visões parcelizadas do passado, pois se compreendeu que a transformação da situação da mulher não se fará sem uma transformação de toda a sociedade, simplesmente porque uma metade da humanidade não se move com a outra permanecendo parada.

Esta é, portanto, uma luta difícil, pois tem que ser levada em vários planos diferentes. Alguns já a chamaram de a luta mais longa. Mas ela é também uma luta de todos os dias, contra os preconceitos, contra as atitudes fossilizadas dentro e fora de nós. Se a vanguarda dessa luta cabe às próprias mulheres, isso não significa que os homens não possam dela participar, como já ocorreu em outras fases (ou será que Fourier, Condorcet, Mill ou Engels não eram homens?)

O resultado só pode ser uma humanidade renovada ou pelo menos, temos que conservar diante dos olhos esse horizonte de utopia (mas não de impossibilidade), pois é ele que pode nos fazer avançar.





"O progresso sempre foi um desafio aos preconceitos tradicionais." Romy Medeiros

Por um Código Civil igualitário

Silvia Pimentel

direitos de pátrio-poder. As mudanças introduzidas pela lei 4.121 foram várias e de grande relevância, porém, não chegaram a superar a situação de subalternidade em que a mulher brasileira vem sendo colocada por nossos legisladores desde os tempos coloniais.

O atual Esboço de um Novo Estatuto Civil da Mulher consiste na eliminação do Código Civil de toda e qualquer discriminação contra a mulher, dando-lhe, em consequência maior, parcela de responsabilidade nos negócios matrimoniais.

MODIFICAÇÕES

As alterações fundamentais propostas dizem respeito:

• Ao conceito de chefia da sociedade conjugal que cabe hoje ao marido, propondo-se, no lugar, uma direção conjunta do marido e da mulher. Tendo em vista o exposto anteriormente, o Esboço torna óbvia a necessidade de mudança do conceito de subalternidade da mulher, enfocando o casal como unidade afetiva, econômica e social, que age conjunta e harmonicamente perante a estrutura jurídica. Se a Lei Magna preconiza o princípio de igualdade,

a lei civil simplesmente vem a ela se adequar. Permanece sempre como princípio fundamental o interesse do casal e dos filhos.

• A equidade no que concerne à administração de bens do matrimônio, que é consequência natural e imediata da alteração do conceito de chefia. O Esboço acolhe o conceito da capacidade da mulher adulta de gerir seus próprios bens e negócios, independentemente de seu estado civil e elimina quaisquer resquícios de controle ou oposição à sua liberdade de trabalho, propondo a modificação do atual direito do marido de administrar os bens do casal.

• A valorização da unidade da família através da liberdade de escolha do nome. O patronímico surge, não mais como uma expressão de domínio do nome de família do marido, mas como símbolo de unidade do casal através da reciprocidade de livre escolha do nome a ser adotado, a exemplo de legislações mais avançadas, como a da Alemanha, a da Suécia e da União Soviética. Pelo Esboço, é facultado de ambos os cônjuges acrescentar ao seu nome o do consorte.

• A adequação da terminologia e das fun-

"A representação do mundo, como o próprio mundo, é operação dos homens; eles a descrevem do ponto de vista que lhes é peculiar e que confundem com a verdade absoluta", disse Simone de Beauvoir. Da mesma forma, a lei tem sido operação dos homens; eles a têm elaborado a partir da sua visão de mundo, assumida como verdade absoluta.

PRECONCEITOS

Velhos preconceitos sobre a inferioridade da mulher são expressados em fórmulas que, se de um lado fazem rir, de outro, devem fazer refletir sobre o que efetivamente espelham de nossa sociedade, pois subjacente a eles, há muita opressão e dor:

"A mulher, durante a sua infância depende de seu pai, durante a mocidade de seu marido, em morrendo o marido de seus filhos, se não tem filhos, dos parentes próximos de seu marido, porque a mulher nunca deve governar-se à sua vontade". (Lei de Manu).

"A mulher deve ficar em casa como se tivesse uma perna quebrada". (Provérbio castelhano).

"Eis como quero o homem e a mulher: um apto para a guerra, a outra para dar a luz". (Nietzsche).

"Mulher tem fraqueza de entendimento". (Ordenações Filipinas).

Estas manelras de ver a mulher e de situá-la na sociedade, mesmo hoje, ainda se traduzem em legislações diferenciadoras dos direitos do homem e da mulher. No Brasil, a legislação que mais expressa preconceitos em relação à mulher é a civil, na sua parte referente ao Direito de Família.

Constata-se as dificuldades efetivas que a mulher vem enfrentando nesta área e o quanto elas seriam minoradas, se houvesse uma lei mais justa e igualitária; acreditando que o direito possa ser força criadora de opiniões e comportamentos, bem como acreditando, com Romy Medeiros da Fonseca, que "o progresso sempre foi um desafio aos preconceitos tradicionais", Floriza Verucci e eu, elaboramos o Esboço de um Novo Estatuto Civil da Mulher, que representa uma alternativa concreta à atual lei civil brasileira, sempre que os direitos da mulher estão especificamente desrespeitados.

RETORNANDO À LUTA

Assim, retomamos iniciativa que coube anos atrás a Romy Medeiros e que se traduziu na prática no Estatuto da Mulher Casada, a lei 4.121 de 1962. A própria Romy nos disse da impossibilidade de há vinte anos ir-se além do que representou esse estatuto. Em seu entender, nossa proposta atual é o prosseguimento natural desse trabalho que veio corrigir distorções graves do Código Civil de 1916, como por exemplo, a de considerar a mulher casada relativamente incapaz, equiparando-a aos pródigos, aos silvícolas e aos menores púberes, que deveriam sempre ser assistidos ou autorizados para exercer atos jurídicos. Outra aberração corrigida em 1962 foi a do artigo que preceituava: a mãe viúva que contrai novas núpcias perde, quanto aos filhos do leito, anterior, os



"No hay quien nos desate", gravura de Goya.

ções do pátrio-poder à realidade social e econômica contemporânea. O Esboço acolhe o conceito de "autoridade parental", inspirado no direito francês moderno, no qual elimina-se a expressão "pátrio-poder" e torna mais clara a presença dos componentes dessa autoridade parental, ou seja, as funções e deveres dos pais em relação aos filhos, em contraposição à posse e ao poder dominical. O exercício do pátrio-poder deixa de ser competência do pai em relação ao qual a mãe é mera colaboradora e passa a ser autoridade de ambos os pais em igualdade de condições.

• A eliminação de dispositivos abertamente injustos, como os artigos 178 e 219, e eliminação de dispositivos referentes a institutos notoriamente em desuso como o referente ao regime de bens.

HISTÓRICO

Este Esboço de um Novo Estatuto Civil da Mulher teve sua versão preliminar em novembro de 1980, quando serviu de base a um debate público promovido pela Frente de Mulheres Feministas, no Teatro Ruth Escobar. Durante todo um ano, ele foi divulgado e discutido. Importantes contribuições a ele chegaram de várias partes do País. Quando, em outubro do ano passado, foi noticiado que a Câmara dos Deputados estaria reativando comissão para retomar o estudo do projeto de Código Civil, que lá chegara em 1975, percebemos que havia chegado a hora de encaminhar o nosso Esboço. Este foi reelaborado, integrando-se as sugestões recebidas e por nós encaminhado pessoalmente ao presidente do Congresso Nacional. Participaram da entrega representantes de diversos grupos de mulheres de todo o Brasil, especialmente de São Paulo e Brasília. Estavam presentes vários parlamentares e, dentre eles, praticamente todas as mulheres da área federal.

O Esboço, subscrito por 49 entidades de mulheres de várias cidades brasileiras, foi acompanhado de um abaixo-assinado com assinaturas representativas do meio político, científico, universitário, estudantil, artístico e operário.

Foi nossa preocupação preservar o aspecto da autonomia do movimento feminista. Para tanto, além do presidente do Congresso, dirigimo-nos às lideranças de todos os partidos políticos, reivindicando que, em conjunto, apresentassem nossa proposta em forma de projeto.

SIGNIFICADO

Cabe agora, que se reinicia o ano parlamentar, retomarmos a ofensiva. Acreditamos que nossa proposta terá aprovação se houver de nossa parte empenho e luta. Cabe a nós mulheres e também aos homens progressistas que apoiam nossas reivindicações igualitárias pressionar o Congresso Nacional neste sentido.

E, finalizando, algumas palavras àqueles que contestam o valor de uma mudança "meramente" legislativa.

A mudança legislativa não é suficiente mas é necessária. Por outro lado, o processo de elaboração e de discussão deste Esboço tem alto significado político-pedagógico. Somos nós mulheres que elaboramos, após amplos debates. Ele não é fruto do trabalho de gabinete de "iluminados" ou "iluminadas" (se é que existem!). Expressa reivindicações efetivas de metade da população do País que não tem sido respeitada enquanto adulta e capaz de conduzir-se com a garantia de seus plenos direitos. ■



Políticas natalistas ou antinatalistas têm sido usadas para incentivar ou limitar a fecundidade feminina. E as mulheres têm procurado, com diferentes estratégias, resistir às imposições.

Repensando a procriação

Carmen Barroso

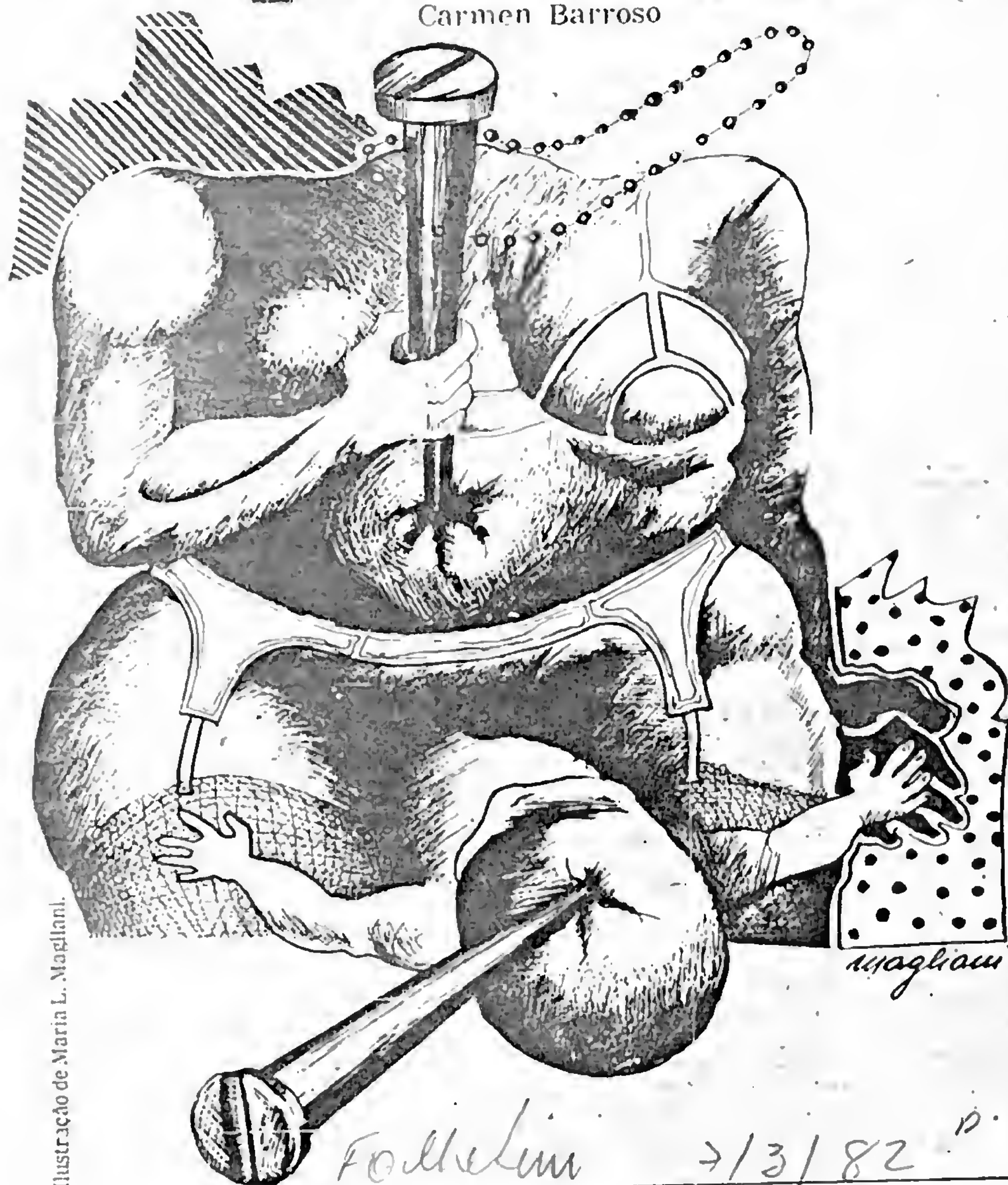


Ilustração de Maria L. Magliani.

As mulheres têm poderes fantásticos. Seus corpos aparentemente comuns, são capazes de criar outros à sua imagem e semelhança. E essa magia não lhes é, necessariamente, muito penosa. Ao contrário, pode ser fonte de muito prazer.

Essencial para a sobrevivência da espécie, indispensável para a reprodução da sociedade, fonte última de todo o processo de produção de riqueza, essa capacidade foi sistematicamente domesticada regulamentada, enquadrada em tabus, normas e instituições, enfim, rigidamente controlada.

Estabeleceram-se proibições e imposições diferentes em cada época, lugar e classe. O "sagrado laço" do matrimônio nos dividiu entre as que podem e as que não podem ter filhos. De inúmeras maneiras, sutis ou nem tanto, infernizaram a vida das mulheres que não querem ou não podem ter filhos. Das que os tiveram, exigiram que os transformassem em sua única razão de existência. De quebra, lhe atribuíram a tarefa impossível de satisfazer todas as necessidades físicas, emocionais, cognitivas e sociais das crianças, sem que a organização da sociedade lhes oferecesse condições para tanto.

PELA AUTONOMIA

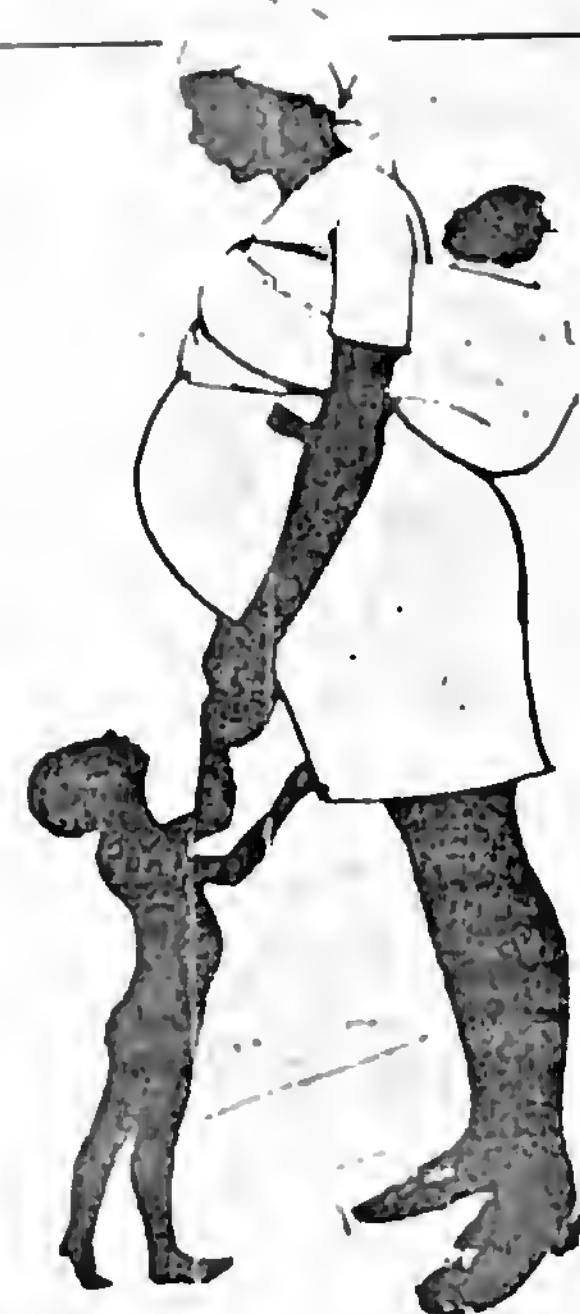
Contra essa situação rebelaram-se as feministas. Timidamente, às vezes, devido a vacilações teóricas ou prudências estratégicas. Difícil ter a ousadia de enfrentar o primado da produção com uma questão supostamente secundária. Mas quem estabeleceu essa escala de prioridades? Em que se baseia? Qual o seu sentido? São perguntas radicais, que certamente exigem respostas.

Escapando do imobilismo, tanto ao nível das reformas quanto do ângulo dos vãos mais utópicos, a autonomia reprodutiva é essencial. Mas impossível, se isolada de condições materiais e sociais que favoreçam a autonomia em todos os domínios. Entre nós, a luta pela legalização do aborto, por exemplo, é imprescindível, mas deve estar ligada ao movimento geral de transformação da sociedade brasileira.

Mas seria legítimo postular para as mulheres a liberdade de decidir sobre o seu próprio corpo, se o precioso produto do seu ventre tem um valor social tão grande? Não são as mulheres, que põem muitas bocas no mundo, as responsáveis pela fome? Não são as mulheres, voluntária ou involuntariamente estéréis, as culpadas pela decadência das nações? A Eva já foi atribuída a "queda" da espécie, uma noção chegou ao fim. Há os que acreditam que as mulheres deveriam ser recrutadas para o serviço maternal, como os homens o são para o serviço militar. Ou proibidas de ter filhos quando a acumulação da minoria torna difícil a sobrevivência da maioria.

POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS

De fato, políticas natalistas ou antinatalistas, mais ou menos eficientes, têm sido



Reprodução

usadas, ao longo da história, para incentivar ou limitar a fecundidade feminina. E, com diferentes estratégias em diferentes contextos, as mulheres têm procurado resistir às imposições. Frequentemente, com o sacrifício da própria vida, como acontece no Brasil, hoje, com muitas das que enfrentam os riscos do aborto clandestino.

As mulheres reivindicam o controle das condições de reprodução, embora alguns rotulem a atitude como uma acritica extensão da ideologia do individualismo, que considera o indivíduo abstrato, separado das relações sociais. O princípio do direito à posse do próprio corpo teve sem dúvida origem no liberalismo. O que não impediu que tivesse implicações progressistas no passado e no presente, dentro de um conceito de individualidade que considera os seres humanos como concretos, historicamente determinados, com necessidades específicas.

Mas além da ênfase na autonomia, no direito de escolha da mulher, a visão feminista da liberdade reprodutiva baseia-se também na noção de necessidades socialmente criadas. É aí o argumento parte da posição social da mulher, e das necessidades que daí derivam. A divisão do trabalho entre os sexos faz com que as mulheres sejam as mais afetadas pela procriação, uma vez que são as principais responsáveis pelo cuidado das crianças. Deve caber-lhes, portanto, o papel central nas decisões sobre contracepção, aborto e maternidade.



Planejamento alternativo

As práticas controlistas da reprodução atigem na atualidade principalmente as mulheres do Terceiro Mundo, alvo preferido de organizações internacionais com essa finalidade, que, numa ótica distorcida e bem racista pretendem assim resolver o problema da miséria mundial. Também não se pode esquecer que foram as mulheres porto-riquenhas as cobaias para a experimentação das pílulas anticoncepcionais. Outra tática muito usada é a de exportar em massa, através dessas instituições, métodos, instrumentos e medicamentos cujo uso foi proibido nos EUA ou na Europa, por serem prejudiciais à saúde da mulher. É o caso, por exemplo, do dispositivo intrauterino (DIU) de marca Dalkon-Schild, que, além de pouco eficaz, provoca efeitos colaterais como graves infecções no útero. E também do preparado hormonal "Depo-Provera", que chegou a ser usado em larga escala e que está sob graves suspeitas de provocar câncer ginecológico nas mulheres que o utilizaram e também em suas descendentes.

É por essas e por outras, que as mulheres resolveram se organizar tam-

bém em torno da reprodução, utilizando muitas vezes técnicas de auto-exame, que as ajudam a conhecer melhor o próprio corpo. Alguns grupos feministas brasileiros já estão desenvolvendo projetos alternativos de planejamento familiar, nos quais a tônica é a ampla informação para que as mulheres possam decidir por si mesmas, sem imposições ou pressões de qualquer espécie. Em São Paulo, a "Pró-Mulher" está com um projeto desse tipo na Casa da Mulher (rua Alm. Marques Leão, 807). Um grupo da Associação de Mulheres (rua Cardeal Arcoverde, 2109) desenvolve um programa mais geral sobre a saúde da mulher, que, eventualmente, também presta assessoria em assuntos de contracepção. E finalmente o SOF (Serviço de Orientação à Família), também dá orientação nesse sentido, mas limita o seu atendimento a mulheres casadas ou casais.

Em outras cidades brasileiras, destaca-se a iniciativa pioneira do SOS Corpo, organizado por grupos feministas de Recife e que dá preferência à medicina natural. (M.C.C.)

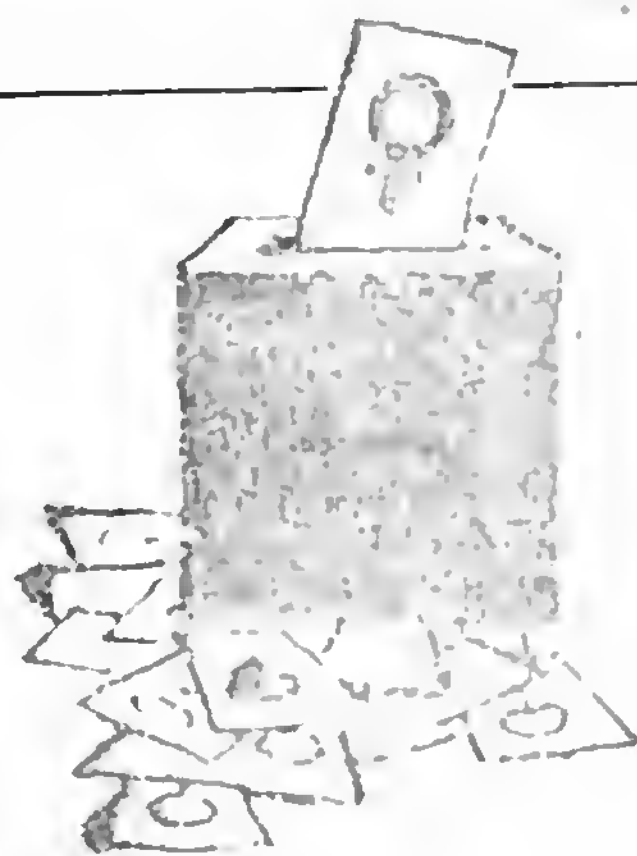
A reprodução como fato cultural

O controle sobre a reprodução é, por extensão, o do corpo da mulher que é envolvido de forma muito mais ampla no processo, existe praticamente desde que o homem descobriu seu papel na procriação. Até hoje, algumas das chamadas sociedades primitivas ignoram esse papel, pois não fazem a ligação entre o ato sexual e a concepção, que assume, para elas um caráter mágico. Há outras, entretanto, em que se institucionalizou uma crença inversa: a de que o homem seria o único responsável pela produção de uma criança, funcionando a mulher apenas como um receptáculo de sua semente. Isso transparece no costume da "convênção", quando o pai de uma criança que acaba de nascer é que fica de resguardo e é objeto de cuidados especiais, no lugar de sua mulher que passou pelo trabalho de parto.

Por aí, fica claro que, apesar de se falar tanto em "natureza", quando o assunto é reprodução, as crenças e os costumes ligados a ela são na verdade construções culturais e sociais. Como os novos seres produzidos são uma riqueza ines-

timável da qual depende a subsistência do grupo e também da espécie, é evidente que há um enorme interesse político em controlar a reprodução. Com a consolidação do sistema patriarcal, os filhos, que, antes, tinham laços apenas com a mãe ("a mãe é certa, o pai incerto", diz o ditado) e eram criados pela comunidade como um todo, passaram para o controle dos pais. Isto é, dos homens. Foi certamente daí que surgiu o casamento e a família tal como conhecemos desde a Antiguidade. A consequência é que a figura da mãe e a maternidade tiveram que receber um considerável reforço ideológico, através da idealização e da mitificação, enquanto na prática, as mulheres perderam poder sobre a sua própria prole, que passou a pertencer ao pai (ou ao Estado), que tinha sobre ela, muitas vezes, direito de vida e de morte.

Por isso, com as novas posturas do feminismo, tanto houve uma demanda da ampliação da contracepção, como uma maior reivindicação, por parte de muitas mulheres, de sua própria maternidade.



Politica

Entramos definitivamente numa era de política feminina, que se estende ao cotidiano. Calar é político, amar é político, ter filhos é político.

A hora e a vez da mulher

Irede Cardoso

A escola é machista, a Igreja é machista, os partidos políticos são machistas, vivemos num país machista, onde o governo e as instituições também o são. Nesse contexto, não é de estranhar que também as mulheres se dividam em feministas e machistas.

Mas, cercadas de machismo por todos os lados, algumas vezes se organizam, passando a denunciar o considerado "natural" estado de coisas. Na política, nós que já tivemos a marcante presença da atuante deputada Bertha Lutz, ficamos anos e anos sem conseguir representantes que realmente defendessem nossos interesses. Somos mais da metade da população brasileira, mas não tivemos força, organização ou consciência para selecionar e estimular candidaturas de mulheres conscientes da situação de discriminação que sofremos.

AS "ELEITAS"

Após cinquenta anos de conquista do direito de voto, a participação política das mulheres brasileiras ainda é tímida e seu poder de barganha ou de pressão dentro dos partidos (cuos líderes homens ignoraram solenemente, durante muito tempo, tudo o que se refere à situação concreta das mulheres em nossa sociedade) ainda está muito longe da força

que poderiam ter enquanto praticamente a metade do eleitorado. Se não vejamos: em pleno ano de 1982, temos apenas 58 prefeitas, 54 vice-prefeitas (maiormente concentradas em cidades pequenas, 1.453 vereadoras, quatro deputadas federais e duas senadoras, que antes eram suplentes. Além disso, das poucas "eleitas" (nos dois sentidos) que chegaram a ocupar cargos executivos ou legislativos, bem poucas se mostraram conscientes sobre a situação da mulher ou tiveram uma atuação voltada para a solução de nossos problemas específicos.

AS DUAS ASAS

No entanto, para os que defendem a igualdade de direitos entre homens e mulheres, os dois sexos podem ser comparados às asas de um pássaro. Nada caminha, nada vai à frente com harmonia, se as asas não trabalham conjuntamente. Somos mesmo uma sociedade misógina (não confundir com homossexual, como fazem os meios informados). Basta ligar a TV e ver os noticiários políticos. Quando há alguma cerimônia num de nossos palácios, escurece o vídeo com o excesso de ternos e gravatas. Mas poucos refletem sobre o que isso significa. Ao contrário, abundam

os que seguem o exemplo da ex-deputada Conceição da Costa Neves, que declarou recentemente que lugar de mulher que tem filhos é em casa, cuidando das crianças. "E — acrescentou ela — não é importante, para a mulher, ser deputada ou presidente. O importante é ser "mulher". E ela foi uma das poucas que chegou aos nossos Parlamentos.

Esse exemplo é suficientemente claro para ilustrar a tese feminista de que não basta ser mulher para representar a mulher politicamente. Por isso, as mulheres que sentiram e aprenderam o que significa a discriminação, que refletiram sobre o fato de continuarmos ganhando menos que os homens executando as mesmas funções; de termos a dupla jornada de trabalho etc, etc, etc, ("ad infinitum"), decidiram-se pela elaboração de uma carta-programa que será defendida por autênticas candidatas feministas e coadjuvas dos políticos em geral, homens ou mulheres.

UMA LUTA MAIS AMPLA

Começa-se a perceber que não basta apenas lutar contra a discriminação no trabalho. Não basta lutar por salários iguais. É preciso muito mais que isto. É

preciso conhecer o peso que a sociedade, tal como se encontra, exerce sobre o nosso corpo, o nosso comportamento, as nossas opções, o nosso prazer, a nossa alegria. Não basta lutar por creches, se os filhos são fruto de uma relação homem-mulher e o homem não assume essa luta, no nosso lado; não basta lutar pelo esgoto, pela luz, pela água, pela escola, transporte e postos de saúde, se não temos o apoio do companheiro. A luta da mulher, portanto, é tão geral quanto a chamada "luta geral". E, todavia, a discriminação só existe porque há uma dada situação geral estabelecida, cujos fios complexos cumpre a nós desmarrar.

Dessa constatação, surgiu o primeiro elisma no movimento feminista brasileiro mais recente: o "to be or not to be" seria estabelecer a prioridade dessas lutas. Teriam as mulheres que lutar, primeiro pela modificação da sociedade ou primeiro por suas reivindicações específicas?

Trata-se, obviamente, de um falso dilema, que funciona como elemento desmobilizador, mas a questão ainda continua a ser furiosamente discutida entre grupos que se dizem feministas ou em setores de que se converteu chamar de esquerda, que ainda não se deram conta que mesmo em países que passaram por revoluções que se pretendiam transformadoras (pelo menos inicialmente ou em suas intenções), pouco se modificou a situação subalterna das mulheres e pouco se modificou a mentalidade dominante.

Isso significa que não há verdadeira transformação social se não são atentamente atacados os problemas de preconceitos e discriminação. Para as feministas, portanto, ficou evidenciado que as duas questões são absolutamente concomitantes e que é mais fácil solucionar um problema econômico, que um comportamento secular, tanto que alguns preferem colocar a segunda modificação no horizonte da utopia. No entanto, quem verdadeiramente deseja uma efetiva transformação social, deve buscar maior justiça e lutar contra todo tipo de discriminação.

TEORIA E PRÁTICA

Mas não foi só a nível teórico que esse tema político despertou controvérsias. O espaço conquistado, aos poucos, pelas mulheres, deu como resultado a realização em São Paulo de três Congressos. Outras mobilizações semelhantes se verificaram em todo o País. A

A mulher e o poder local

O tema da mulher e da política apesar de sua importância, parece não ter suscitado especial interesse por parte dos pesquisadores brasileiros. Uma honrosa exceção é o estudo "As Prefeitas", de Eva Blay (publicado pela Avenir Editora).

Enquanto as análises políticas gerais privilegiam as estruturas ligadas ao poder federal, ou o dos Estados e cidades mais desenvolvidas, a autora dirigiu sua atenção para os mecanismos de poder local, tendo em vista que 40% da população brasileira ainda vivem em zonas rurais, apesar da urbanização crescente. Isso significa que considerável parte do País ainda se pauta por moldes e métodos políticos tradicionais, estando bem viva ainda a herança do coronelismo. Como e por que as mulheres se inserem nesse contexto de micropoder, foi o que se procurou descobrir.

A pesquisa revelou que as mulheres são eleitas para essa função principalmente nos Es-

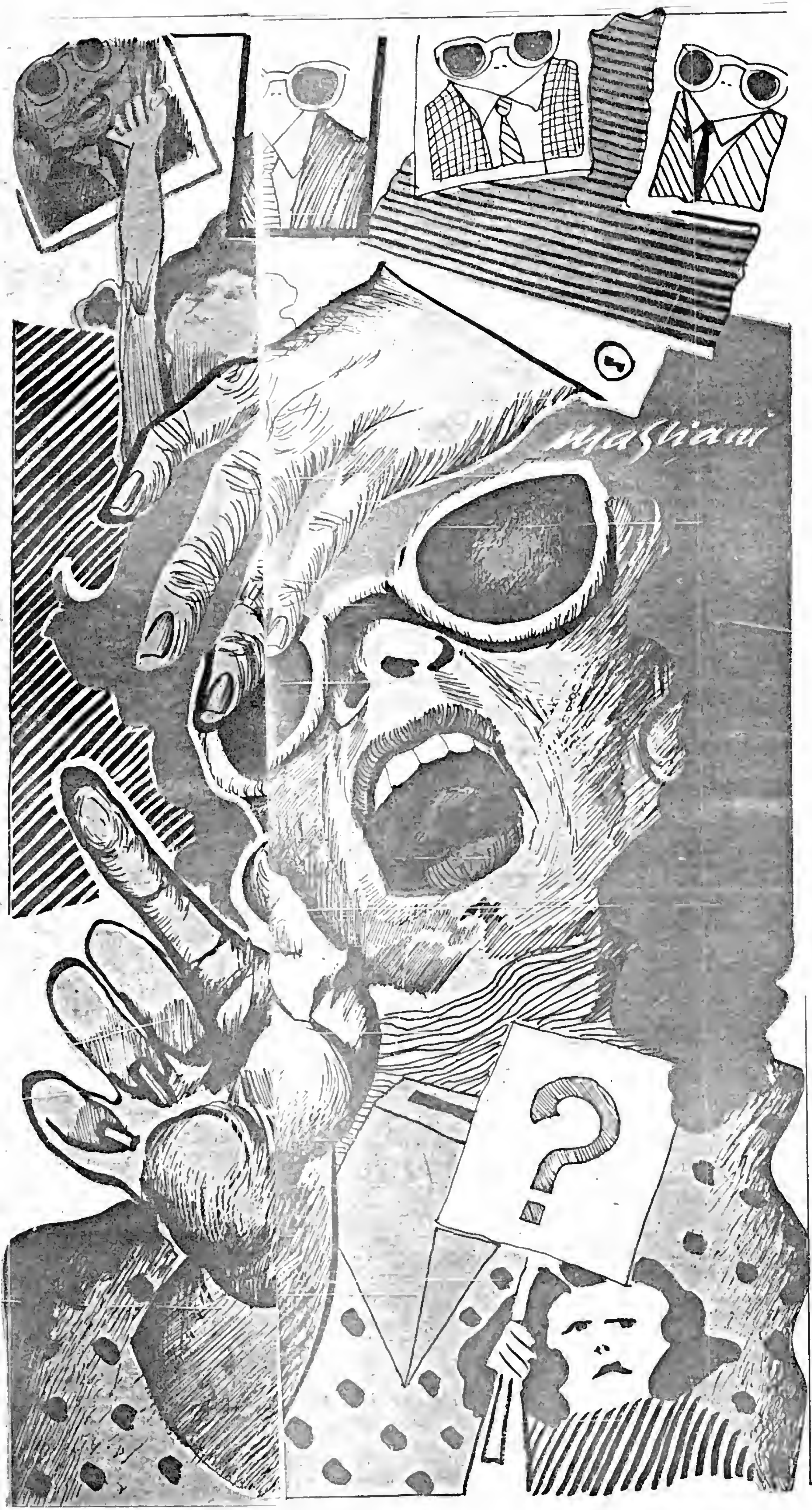
tados mais pobres, menos industrializados e urbanizados. Um dos fatores que abriu esse espaço a algumas mulheres foi a evasão do elemento masculino, provocada pelo empobrecimento de numerosas regiões do interior do Brasil. Esses cargos também deixaram de atrair o interesse da política da camada dominante, em função da perda crescente da autonomia municipal e da centralização político-administrativa e financeira que caracteriza o regime vigente nas últimas décadas.

Destacam-se principalmente as mulheres que mostram habilidade em mobilizar recursos junto à burocracia estadual e federal (e talvez isso explique porque das 58 prefeitas existentes, só três são da oposição) e aquelas que, por suas ligações familiares, dispõem de uma rede de influência relativamente eficiente. Não é incomum mulheres exercerem o cargo no lugar de seus maridos, impedidos por algum motivo ou ab-

sorvidos pelos afazeres particulares. Muitas vezes, então, ela exerce o poder em nome do marido e em estreita ligação com ele. Nem todas as mulheres prefeitas, entretanto, são da classe dominante ou oriundas das oligarquias locais. Algumas são da classe média e média baixa e adquiriram popularidade, por exercereis profissões que as colocam em contato direto com a população local (professoras, parteiras), que procuram ajudar na medida de suas possibilidades. E nestes casos que se pode falar numa verdadeira liderança. Isso contraria a tese de que a participação da mulher na política só se torna viável quando se atinge determinado estágio de desenvolvimento econômico e progresso industrial. Essa participação é perfeitamente possível mesmo em condições de pobreza e atraso econômico, que são as que predominam na maioria dos nossos municípios (M.C.C.)

Folha de SP
7/3/82 p 6

Ilustração de Maria L. Magliani.



presença da enorme massa feminina despertou a atenção de outros grupos políticos, que a consideraram como um potencial rebanho dócil a manipulações. Foi então, que o machismo se instalou mesmo entre mulheres que se diziam feministas. E era um pesadelo perceber que aqueles comportamentos que abominávamos, que eram exatamente o que combatíamos, haviam se instalado em nossos eventos e comemorações. Disputava-se a presidência de uma mesa, falsificavam-se atas, abriam-se espaços para acabar com o espaço duramente conquistado, os rostos ficavam tensos e, no 2.º Congresso, o desfecho foi violento, quando mulheres (e homens) ligados ao jornal "Hora do Povo" soltaram suas tropas de choque.

Ficou claro que já era hora de dizer um basta àquilo tudo. Era preciso ter consciência de que nossa luta era ainda muito pequena, que havia muito a caminhar e que as mulheres precisavam de lugar e espaço para dizer o que realmente gostariam de reivindicar para si, como mulheres. E para isso era essencial manter a autonomia do movimento.

APRENDIZAGEM

Os Congressos foram uma dura aprendizagem. Vimos inúmeras mulheres com discursos preparados que falavam de reivindicações comuns a homens e mulheres e que eram colocados de forma impositiva em nossos espaços. Em política, isso significava que estavam tentando nos apagar como grupo significativo e que desejavam utilizar-se de nós como massa de manobra. Já não era mais a Conceição da Costa Neves bradando que "mulher é rainha do lar" ou que a "Assembleia fez muito mal em instalar uma creche, porque lugar de mulher..." Não, era uma luta política que se travava no espaço designado por esquerda.

Todos esses fatos aconteceram muito rapidamente e somados ao machismo vigente, muitas vezes nos deixaram cansadas, com a sensação de solidão e de "bradar no deserto".

Mas foi de tudo isso que percebemos o quanto tínhamos que modificar em nós mesmas. A luta, entretanto, como o espetáculo, deve continuar. E ela não parou.

Paralelamente a essa dura aprendizagem, muitos novos grupos organizados de mulheres foram surgindo. Dificilmente uma cidade, por menor que seja, deixa de ter, hoje, um grupo de mulheres pensando sobre a situação específica da população feminina. Nas capitais, esse movimento é mais acentuado, com vários grupos se formando, dividindo-se, unindo-se, discutindo. De qualquer forma, mesmo sem saber o que é o feminismo, as mulheres ligadas a Igrejas e outras instituições com trabalhos de base, também se organizaram em torno de reivindicações bastante específicas. E são, desde já, um eleitorado exigente.

MOMENTO DELICADO

Para muitas mulheres, chegou o momento de postular cargos políticos. A mobilização em torno das eleições está crescendo, assim como o número de mulheres dispostas a disputar uma legenda, em seus partidos. (Estão al. Silvia Pimentel, Ruth Escobar, Ida Jancso, Beth Mendes, Heleleth Saffioti, mulheres conscientes que já são candidatas a candidatas.) No Estado de São Paulo, nós mulheres representamos 5 milhões e 800 mil votos. Dito assim, parece impressionante, mas muito se joga ainda na ignorância e na alienação da maioria.

Esse momento, que precede à disputa eleitoral, é extremamente frágil e tendo em vista o contexto brasileiro atual, é compreensível que assim seja. Entre as mulheres reina ainda desconfiança, pois afinal, quais seriam os critérios para se afirmar que uma mulher pode representar as aspirações de outras?

OS MITOS

As feministas, entretanto, levam em conta as classes sociais, os diferentes tipos de opressão, a situação específica da mulher negra, da dona de casa, da empregada doméstica, da operária, da que executa a dupla jornada de

trabalho, da mulher casada, da solteira, da divorciada, desquitada, da moça, da velha... todas elas com questões muito específicas, que dependem, e muito, da situação sócio-econômica em que se inserem. E um mito dizer que só se interessariam por problemas da mulher da classe média.

Outro mito que as feministas já estão derrubando é o de que a mulher pobre não tem direito ao prazer. Esse preconceito, típico de uma classe média paternalista, foi, durante muito tempo, encarado como verdadeiro. Mulher pobre só pode reivindicar feijão — diziam. Mas essas mulheres se encarregaram de desmentir mais esse preconceito. Então, há lutas que podem nos unir, colocando, em seus grupos de encontro, essa questão do uso de seus corpos ao lado da reivindicação por creches, transporte ou posto de saúde.

O PÚBLICO E O PRIVADO

As feministas brasileiras, em sua imensa maioria, não passaram pela fase do mero ataque aos homens. São elas mesmas que definem o feminismo como um movimento de mulheres, que quer ter ao seu lado os homens sensíveis. Como diz Carmen da Silva: "O feminismo não é um movimento de reivindicação, como uma greve. É uma revolução humanista, uma proposta de reviravolta nas relações humanas."

Com essa preparação para uma participação mais forte na sociedade, que exige nova reformulação nas relações homem-mulher, pode-se dizer que entramos definitivamente numa era de política feminina, que se estende ao cotidiano. Citar é político, amar é político, ter filhos é político, muito além do simples fenômeno biológico. Pode-se, dessa forma, entender porque o feminismo incomoda tanto: ele veio para apagar o muro que separava o público do privado. Um verdadeiro muro da vergonha que permitia a "revolucionários" de fãncaria, explorar ou maltratar suas companheiras.



O direito de voto há cinquenta anos

A 24 de fevereiro de 1932 foi publicado sob o governo de Vargas um novo Código Eleitoral, que introduzia importantes inovações com relação à República Velha. Pela primeira vez em nossa história, as mulheres teriam direito a voto e o limite de idade para ser eleitor passou de 21 para 18 anos. A criação da Justiça Eleitoral foi um passo importante para a moralização do voto, mas a inovação mais importante nesse sentido foi a instituição do voto secreto, que, pelo menos nos centros urbanos, reduziria o poder de corrupção eleitoral.

As mulheres puderam, desde então, votar e serem votadas. Já em 1933, foi eleita a primeira deputada brasileira, Dr.ª Carlota Perreira de Queirós, daqui de São Paulo. Mas o Brasil não foi o primeiro e nem o último país a dar direito de voto às mulheres.

Antes da Primeira Guerra Mundial, quinze Estados norte-americanos aceitaram o voto feminino. Em 1920, todos os Estados norte-americanos deram esse direito às mulheres. Na URSS, o voto feminino foi introduzido com a Revolução de 1917. A Inglaterra só o teve em sua plenitude em 1928. A esse respeito, certos países podem ser chamados de pioneiros, como a Nova Zelândia, onde as mulheres votam desde 1893, a Austrália (1902), a Finlândia (1906), a Noruega (1913).

Apesar de em 1952 a ONU, na Convenção sobre os Direitos da Mulher, ter recomendado que não houvesse discriminação alguma, inclusive quanto ao sexo, em relação ao voto, até mesmo a civilizada Suíça (!) demorou a liberar o voto feminino na totalidade de seu território, o que só ocorreu em 1971.

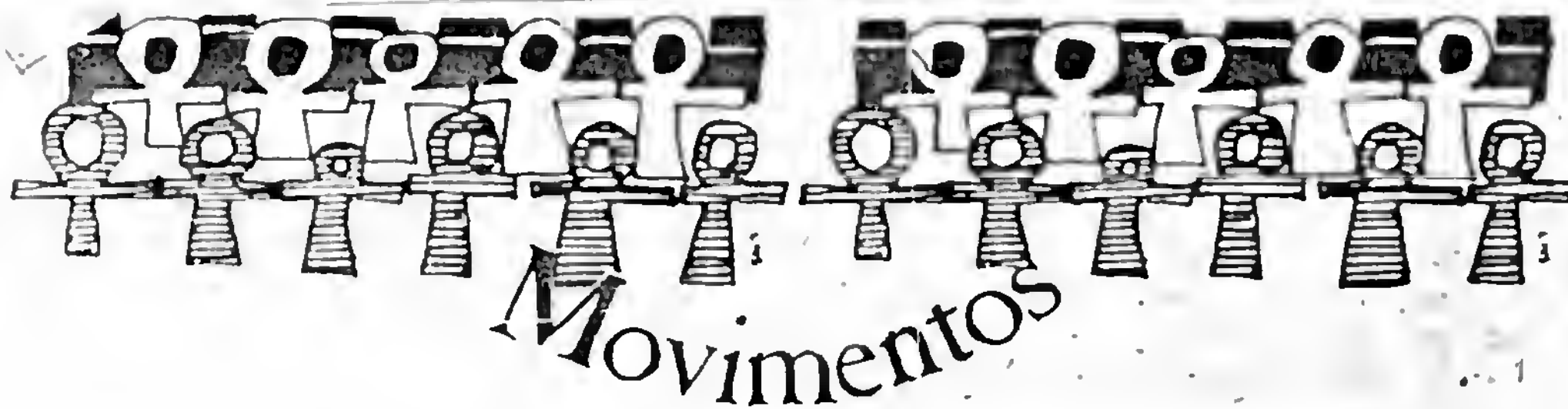
Na Constituinte de 1890-91, no

Brasil, o voto feminino chegou a ser aprovado em primeira discussão, por proposição do deputado paulista Costa Machado; mas a influência dos positivistas pôs abaixo a proposta, sob a alegação de que a política não era atividade honrosa para as mulheres. Héias!

Hoje a mulher brasileira tem plenos direitos, pelo menos no que diz respeito ao voto? Ainda não, porque a mulher analfabeta não vota, nem pode ser votada. Como, de resto, os homens analfabetos...

Neste ano eleitoral talvez esse cinquentenário possa ser de alguma utilidade. E as mulheres já nem nota de que representam 44,8% do eleitorado brasileiro! Hoje algumas poucas já fazem sentir sua presença na política partidária e com uma glória: nenhuma bíblica!

(Domingos Zamagna).



Em São Paulo, como em outras cidades do Brasil, as mulheres perceberam que só organizadas podiam mudar sua condição.

Os caminhos da solidariedade

Vera Artaxo

O feminismo brasileiro mais recente, que pode ter sua data de origem fixada em 1975 — Ano Internacional da Mulher, vem mostrando uma grande expansão num lapso de tempo relativamente curto. Hoje é rara a cidade do Brasil que não tem o seu grupo de mulheres organizadas em torno de suas reivindicações específicas. Em outras há numerosos grupos que surgem e se unem ou se dividem, numa dinâmica muito viva, que se torna difícil de acompanhar, em virtude da característica espontaneísta do movimento. Existem atualmente no Brasil (de acordo com dados do jornal "Mulherio"), cerca de 90 grupos feministas em todo o Brasil, embora nem todos se identifiquem como tal. Cidades tão distantes ou tão diferentes quanto Conceição do Araguaia (PA) ou Xambioá (GO) também têm o seu grupo de mulheres.

Um levantamento de como surgiram os grupos de São Paulo e as atividades que desenvolveram nesses anos exemplifica o processo que se repete em todo o Brasil. Para isso, falamos com numerosas militantes que nos contaram como elas se organizaram em seus grupos e qual foi o caminho que trilharam até se definirem como feministas.

AS PIONEIRAS

O Brasil Mulher surgiu defendendo a anistia, em seu jornal, editado de 1975 a 1980. Um ano depois de sua fundação, o "Brasil Mulher" se posicionou enquanto jornal feminista. Salu regularmente de dois em dois meses, apesar dos problemas financeiros, e de ser muito amador, como reconhece Jara Prado, que dele participou. Vendido de mão em mão pelo Brasil afora, com muita distribuição gratuita, era al-

tamente deficitário. "O dinheiro da venda de metade da tiragem distribuída pelo País dificilmente voltava", conta ela, explicando que a própria distribuição engolia a verba das vendas. O grupo Brasil Mulher participou ativamente dos três Congressos da Mulher Paulista e com o fim do jornal, cuja publicação foi suspensa por motivos econômicos, passou a desenvolver mais uma atividade interna de reflexão. Há núcleos com o mesmo nome no Rio, em Recife e na Bahia, mas todos funcionam de forma autônoma.

Outro núcleo pioneiro, o Nós Mulheres, lançou suas sementes em 74 e no ano seguinte também passou a editar um jornal com o nome do grupo. "A periodicidade era mensal", brinca Rachel Moreno, que nele atuou, referindo-se aos atrasos com que as edições mensais saíam. As dificuldades do início foram superadas com o financiamento do primeiro número por Ruth Escobar e do segundo por Ellis Regina. Dal em diante, a tiragem de 5 mil exemplares (metade da do "Brasil Mulher") se sustentava com as vendas. O "Nós Mulheres" circulou de junho de 1975 a julho de 1978.

Rita de Lucca pertence ao grupo Nós Mulheres e depois, junto com outras companheiras, fundou a Associação de Mulheres que se diferenciava do primeiro, por questões de estratégia e prioridades. O Nós Mulheres passou a privilegiar a reflexão, enquanto a Associação se dedicou mais à organização e à publicação de cadernos com material informativo.

O Nós Mulheres preferiu não participar do 3.º Congresso da Mulher Paulista, por considerar desgastantes as disputas políticas que se desencadearam em torno

de sua realização. Isso não quer dizer que muitas de suas integrantes não continuassem de outra forma a sua militância, dedicando-se à pesquisa, escrevendo livros etc. Este é o caso de Maria Morais, uma de suas criadoras, que afirma achar sintomático que ninguém fale em Congresso neste ano, o que a leva a concluir que os outros grupos chegaram à mesma conclusão.

DA MENTE E DO CORPO

Também em 1975, surgiu o Pró-Mulher, um grupo voltado inicialmente para o trabalho no setor educacional. Institucionalizado em 1978 suas atividades se centraram na realização de seminários e pesquisas. Uma delas, conta Maria Luisa Eluf, sua fundadora, "foi sobre livros didáticos, mostrando a dicotomia entre homem e mulher existente nos textos de Educação Moral e Cívica". Em função dos resultados dessa pesquisa, foram enviados abaixo-assinados e moções à Comissão Nacional de Moral e Cívica, "mas o mais importante é trabalhar a cabeça dos professores, para que eles passem coisas novas aos alunos", acentua ela.

Atualmente, o grupo desenvolve, na Casa da Mulher, um programa de planejamento familiar com ótica feminista, que inclui uma parte educacional, com trabalho de conscientização, e atendimento ambulatorial preventivo a cargo de médicas.

ENTRE A POLÍTICA E O FEMINISMO

Outro grupo que teve uma atuação importante desde 1975, principalmente a nível político, foi o Centro da Mulher Brasileira. Sua origem foi um encontro realizado nesse ano na Câmara Municipal, do qual resultou a "Carta de São Paulo", um diagnóstico sobre a situação da mulher paulista. Marize Egger, uma de suas integrantes de então, informa que o grupo realizou trabalhos importantes na periferia no setor de saúde e de creches, tendo realizado um levantamento das creches existentes em São Paulo, com verba da Fundação Carlos Chagas.

O Centro também participou dos três Congressos, mas foi só a partir de 1979, após o 1.º Encontro de Grupos Feministas realizado em Vallinhos, que suas militantes se reconheceram publicamente como feministas. A maioria delas integrava a antiga diretoria. A atual, ligada a grupos políticos menos simpáticos das propostas feministas, prossegue com o trabalho junto a mulheres, mas não se define mais como feminista, o que provocou o afastamento de várias das antigas integrantes.

UNIÃO DE FORÇAS

A Frente de Mulheres Feministas surgiu, um pouco mais tarde, em fins de 1979, e de forma um pouco diferente das experiências anteriores. A iniciativa de sua criação coube a Ruth Escobar, que passou a reunir em diversos almôços em sua casa, várias mulheres interessadas ou sensibilizadas para o feminismo. Muitas já tinham uma ampla atuação nesse sentido, quer como pesquisadoras ligadas a entidades de pesquisa ou a universidades de São Paulo, quer como jornalistas atuando nos meios

de comunicação. Algumas já se conheciam e outras não, mas a identidade de pontos de vista e de preocupações fez surgir a idéia da criação de uma organização feminista que procurasse também congregar, sob a forma de uma frente informal, elementos que já atuavam nos grupos já existentes, para atuar em situações concretas. A Frente realizou durante todo o ano de 1980, uma série de concorridos fóruns públicos no Teatro Ruth Escobar, sobre questões de interesse da mulher, como o aborto, a prostituição, o trabalho etc., como uma forma de conscientizar camadas mais amplas da opinião pública.

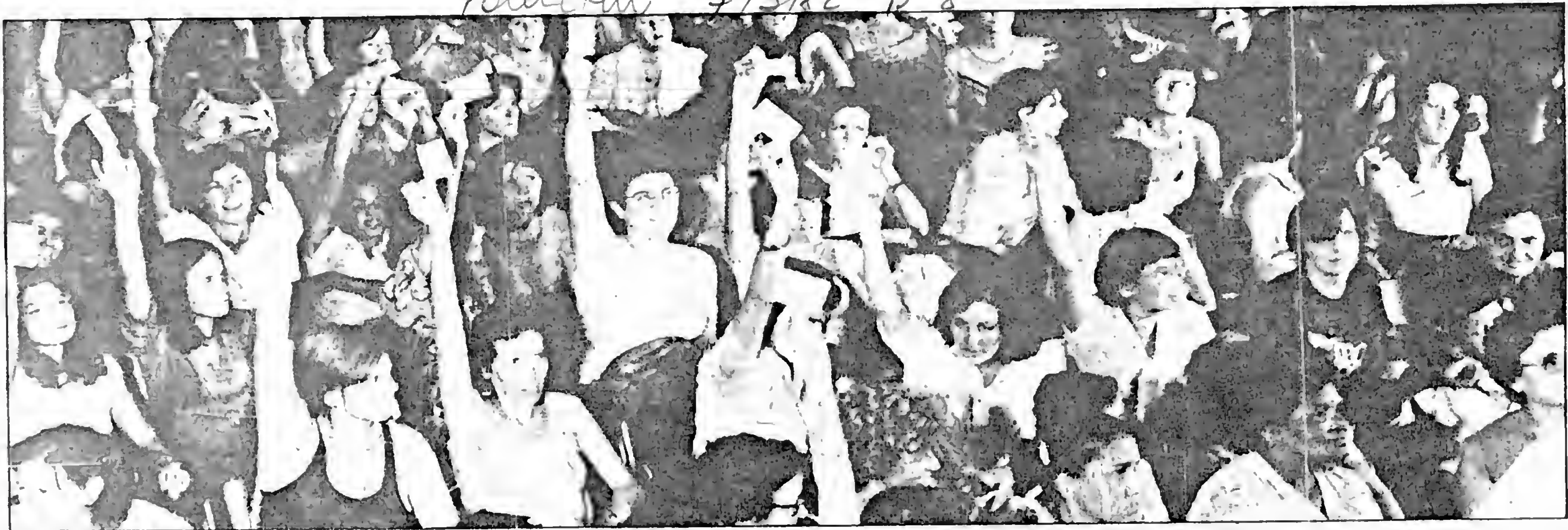
No entanto, não se atingiu o objetivo de formar uma frente inter-grupos, embora muitos tivessem participado ativamente dos fóruns. A denominação, entretanto, ficou. "Quando a Frente de Mulheres Feministas se formou — lembra Silvia Pimentel, uma de suas primeiras integrantes — a maior parte dos grupos de mulheres ainda não se assumia publicamente como feministas, devido aos preconceitos em torno da palavra. Por isso, nós fizemos questão de incluir o termo no nosso nome, como uma forma de afirmar publicamente nossas posições. Mas o nome "frente" suscitou uma certa desconfiança, porque houve quem o confundisse com intenções de hegemonia."

Ela acrescenta, entretanto, que esse questionamento está completamente superado e há um enorme campo para a atuação conjunta. A Frente mantém no momento a Casa da Mulher, que funciona como sua sede, mas é também um espaço aberto colocado à disposição dos outros grupos. Há intenção de transformá-la num centro cultural com atividades dirigidas à mulher (cursos, biblioteca, lançamentos de livros, exposições etc.).

ORGANIZAÇÃO CONTRA A VIOLENCIA

Outra entidade atuante que surgiu nos últimos tempos e que reuniu tanto militantes de grupos como mulheres independentes foi o SOS-Mulher, criado a exemplo de outras organizações similares existentes em outros países e cuja função primordial é combater a violência contra mulheres e criar uma ampla consciência desse problema na sociedade.

Rachel Moreno que está lá desde o início, que se deu em 1980, diz que o SOS surgiu como um resultado do Encontro de Vallinhos, quando foram criadas várias comissões intergrupais sobre problemas específicos, tendo sido a questão da violência considerada prioritária. O SOS recebe queixas e denúncias de mulheres vítimas de violência, antes por telefone e agora em sua sede à Praça Benedito Calixto, 56 (Pinheiros). Todo o trabalho é voluntário e há dificuldades de dinheiro e, por isso, Rachel faz um apelo: "Precisamos urgentemente de um telefone, que facilitaria enormemente o nosso trabalho." Além de prestar assistência psicológica, médica e jurídica, o SOS-Mulher também empreendeu numerosas passeatas e manifestações de rua, como a realizada após a morte de Ellane de Grammont. Seu exemplo está



Vista do público no 3.º Congresso da Mulher Paulista

sendo seguido em outras cidades brasileiras, onde estão sendo criados vários SOS.

REFLEXÃO E DOCUMENTAÇÃO

Um núcleo que surgiu mais ou menos na mesma época que o SOS e que agora está desativado, mas que chegou a atrair mais de 50 mulheres foi o Grupo F de Reflexão, que se reunia na casa da advogada feminista Floriza Verucci (co-autora do esboço para o novo Estatuto Civil da Mulher, junto com Sílvia Plmentel). Como seu próprio nome indica, a atividade privilegiada foi a reflexão e a conscientização.

Maria Otília Bocchini, que dele participou acha, entretanto, que "a falta de uma linha de ação que fosse do interesse de todas" foi a causa de seu desativamento, antes que entrasse numa fase de trabalho externo. Floriza, por seu lado, considera que a experiência foi muito rica enquanto durou e que nada impede que ela venha a se rearticular.

Já bem diferente é a trajetória do CIM — Centro de Informação da Mulher, que desde o início já tinha bem claro qual seria seu objetivo: o de constituir um núcleo de documentação voltado para a problemática da mulher e aberto à consulta de todos os grupos ou pessoas interessadas. Ele foi formado por mulheres que já se conheciam desde 1979 e que residiam na França, apesar de brasileiras. Elas juntaram esforços e compraram numerosas publicações da França, Espanha e Itália, que são mais difíceis de encontrar aqui. Também reuniram um acervo de cartazes e material iconográfico sobre a mulher, que será objeto de uma exposição na "Folha de S. Paulo" a partir de 9 de março.

No futuro, segundo Simone Raskin, uma brasileira que viveu vinte anos na França, elas pretendem também constituir um setor ambulante de informação e usar instrumentos mais sofisticados como audiovisuais, video-fitas etc. Mas isso é projeto para o futuro, pois no momento os meios financeiros do Centro são limitados.

GRUPOS ESPECÍFICOS

Um dos grupos de mulheres mais antigos de São Paulo é a Associação de Donas de Casa da zona Leste, que existe há dezessete anos. Embora não possa ser considerada como uma entidade feminista desde o seu início, sofreu certamente a influência das propostas desse movimento, tendo-se unido a entidades feministas desde o 1.º Congresso da Mulher Paulista, de que participou ativamente assim como na luta por instalações de creches. Cida Kopkac, que é a sua integrante mais conhecida — uma verdadeira liderança popular — participa também do SOS — Mulher.

Numa linha tangencial entre o movimento homossexual e o movimento feminista, surgiu a ALF — Ação Lésbico-Feminista, cujas integrantes participavam antes do "Somos" (um grupo homossexual misto), mas que resolveram dele se desligar por achar que ali não se dava a atenção que julgavam necessária para os problemas das mulheres. O grupo, que já sofreu algumas divisões desde a sua formação, teve papel destacado na organização do 2.º e 3.º Congressos da Mulher Paulista. Muitas de suas integrantes trabalham como voluntárias para o SOS — Mulher.

Há ainda, como grupo específico, o Comitê pela Legalização do Aborto, que chegou a participar dos congressos para defender essa bandeira, mas que não chegou a articular uma campanha de maior penetração.

*

Daqui para a frente, certamente outros grupos surgirão e alguns talvez desapareçam. Mas é evidente que, apesar das divergências ocasionais que podem surgir entre os vários grupos, eles são uma prova da riqueza e da diversidade do movimento feminista, que se caracteriza pelo pluralismo. Além da aliança para as atividades, uma posição comum une a todos: a consciência da necessidade de manter a sua autonomia, indispensável para conseguir o avanço da condição da mulher entre nós.



O Tribunal Bertha Lutz, idealizado por um núcleo de mulheres de diversos grupos feministas de São Paulo, pretende denunciar os casos de discriminação contra as mulheres.

Um tribunal contra a discriminação

7/3/82 Lúcia Araújo

A importância da mulher no mercado de trabalho é irrefutável. Sua presença em funções antes reservadas exclusivamente aos homens também torna-se cada vez mais comum. As disposições da CLT revelam conquistas que, embora parcas, deram à mulher, pelo menos no papel, alguma atenção.

No entanto, entre o conhecimento desses fatos e a convivência com o universo dessas trabalhadoras existe um fosso que dissimula, omite e faz evaporar os reveses e humilhações constantes no acesso da mulher ao trabalho remunerado.

Quantos sabem que a simpática (muitos chamam até de decorativa) figura da garl tem que apresentar exames de urina para atestar a não gravidez, antes de ser admitida? Ou que as operárias, temendo perder o emprego, abortam no próprio banheiro e arriscam-se a perder a vida? Ou que há mulheres que falsificam durante anos sua carteira de trabalho para esconder a mudança de seu estado civil? E os célebres classificados que colocam entre as exigências para admissão, boa aparência, idade limitada e cor branca?

PEQUENA ESCALA

Atravessando as categorias sociais, da dona de casa até a profissional liberal, a discriminação salarial e profissional da mulher tem sido silenciada, abafada ou discutida e denunciada, mas sempre em pequena escala. A ação no sentido da mudança é real, mas debate-se com tantos obstáculos que seu poder de penetração torna-se limitado. Contudo, a inabalável certeza da mudança necessária resiste às dificuldades e impõe-se para ir contra o conformismo, criando um espaço público para o exame e busca de soluções relacionadas com a discriminação da mulher, que sejam assumidos por amplos setores comprometidos com a justiça social.

Quando se fala em justiça, nada mais coerente do que a instalação de um tribunal. Não aquele que aprisiona, condena e julga amparado em leis não concebidas pela maioria da população; mas um tribunal que dissequie a situação da mulher dentro da sociedade em que vive — o Tribunal Bertha Lutz.

INTENÇÕES

A iniciativa relembra o respeitado Tribunal Bertrand Russel que se ocupa das denúncias de violações aos direitos humanos, embora em suas intenções aproxime-se mais do Tribunal Internacional de Crimes Cometidos contra as Mulheres, criado em 1976 em Bruxelas, na Bélgica, ou ainda mais nitidamente, do Tribunal 8 de Março, instalado na Itália em 1979.

O Tribunal Bertha Lutz, lançado oficialmente nesta semana, está sendo organizado por um núcleo de mulheres de diversos grupos feministas de São Paulo e recebe assessoria de sindicatos, associações profissionais e instituições de pesquisa. Não existe a representação de grupos particulares, nem filiação a qualquer partido político, ideologia ou credo religioso.

A primeira sessão do tribunal será instalada no dia 29 de maio, mas seu funcionamento será permanente. O tema que concentrará inicialmente suas atividades será o do trabalho, pois, como explica Lúcia Amaral, da Comissão Organizadora, "ele é da maior importância para todas as mulheres e interessa a diversos setores organizados da população e aos meios sindicais". A propósito, toda a informação recolhida pelo Tribunal será organizada em cadernos a serem distribuídos para as mulheres, de modo geral, e para os grupos organizados e os sindicatos, fornecendo, assim, subsídios para a atuação e discussão dos temas por ele tratados.

Para Lúcia Amaral, o tribunal constitui um canal de unidade e aprofundamento de bandeiras de luta que estavam dispersas, fracionadas nos diversos movimentos de mulheres e a escolha do assunto foi feliz, no sentido de "captar ajuda de uma série de pessoas sensibilizadas que, mesmo sem militância, estão dispostas a colaborar".

A pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, Fúlvia Rosenberg, que presta assessoria, vê o Tribunal como um indicador de vitalidade do movimento de mulheres. Entre outros aspectos, "pela integração de diferentes grupos que pode levar a uma ação unitária sem ser manipuladora".

AS SESSÕES

Um bom termômetro para avaliar a coloração política, mas não partidária do tribunal, são as regras que estruturarão as sessões anuais. O corpo de jurados será composto por pessoas representativas, de sindicatos, movimentos populares, OAB, e outras entidades. Os depoentes se encarregarão dos casos concretos, seja através de pesquisas realizadas no campo do trabalho das mulheres, seja através da experiência própria.

Embora a sessão inaugural do Tribunal Bertha Lutz ainda esteja sendo planejada, Lúcia adianta que a programação incluirá depoimentos intercalados com projeção de "slides", depoimentos de donas de casa, agrônomas, empregadas domésticas, operárias etc. O valor do trabalho, remunerado ou não remunerado, e os impedimentos para o acesso da mulher ao mercado serão fartamente expostos.

BURLAS E BLOQUEIOS

O subemprego feminino e o trabalho temporário serão, em parte, relatados pelo deputado e advogado trabalhista Almir Pazzianoto que vem estudando uma prática cada vez mais constante nas empresas de substituir o empregado permanente pela chamada "mão-de-obra temporária" que, na verdade é o empregado permanente com absoluta ausência de garantias. E, tudo indica que esta situação atinge mais as mulheres, segundo o advogado.

Outro aspecto do trabalho feminino que o tribunal destacará serão os exames de

seleção, como por exemplo, os do Senai, patrocinados pelo próprio governo, que impedem que mulheres sejam treinadas em cursos técnicos em funções como a de torneiro mecânico. As relações entre maternidade e trabalho, as burlas que as empresas empreendem para demitir as mulheres serão também examinadas.

A constatação da desigualdade salarial desfavorecendo as mulheres será amplamente ilustrada com números, depoimentos e pesquisas, como uma tese elaborada no Rio de Janeiro que demonstra que as mulheres desempenhando funções mais destacadas precisam de um número de títulos muito superior ao que se exige do homem na mesma função.

A exposição dos casos concretos será arrematada por depoimentos de personalidades como o ex-ministro do Trabalho Almino Afonso, do economista Paul Singer, do jurista Hélio Bicudo, e representantes da Igreja.

E OS RÉUS?

E as cadeiras dos culpados, por quem serão ocupadas? "É difícil definir culpados — afirma Lúcia do Amaral — mas concretamente a mulher é discriminada de uma forma ou de outra por toda a nossa sociedade e o tribunal pretende ser o espaço ao qual a mulher poderá recorrer para denunciar". Existe a possibilidade de também convidar representantes de empresas para depor e até, futuramente, formar um serviço jurídico que acompanhe os casos de empresas violadoras dos direitos da mulher.

A função do Tribunal Bertha Lutz reside, sobretudo, para Lúcia, em demonstrar que a responsabilidade pela mudança das condições de trabalho, que cercam a mulher é de todos: das mulheres, dos partidos, do patronato.

CONTRASTE

Já para Fúlvia Rosenberg, o tribunal delém o potencial de "criar impacto na população, de modo geral, através de depoimentos concretos, dando nomes aos bois e mostrando as diferenças brutais entre os salários". Para ela, o primeiro tema-trabalho, focalizado pelo tribunal, terá muita penetração pois se refere a realidades cotidianas e concretas que atingem milhões de mulheres. Outras questões como a violência, a reprodução, a sexualidade etc., serão futuramente abordadas. ■





Bertha Lutz

Uma vida em prol da emancipação feminina

A escolha do nome de Bertha Lutz para o batismo do Tribunal representa o reconhecimento histórico a uma mulher que, embora relativamente desconhecida, desfraldou, de modo pioneiro, a luta organizada pela emancipação da mulher brasileira.

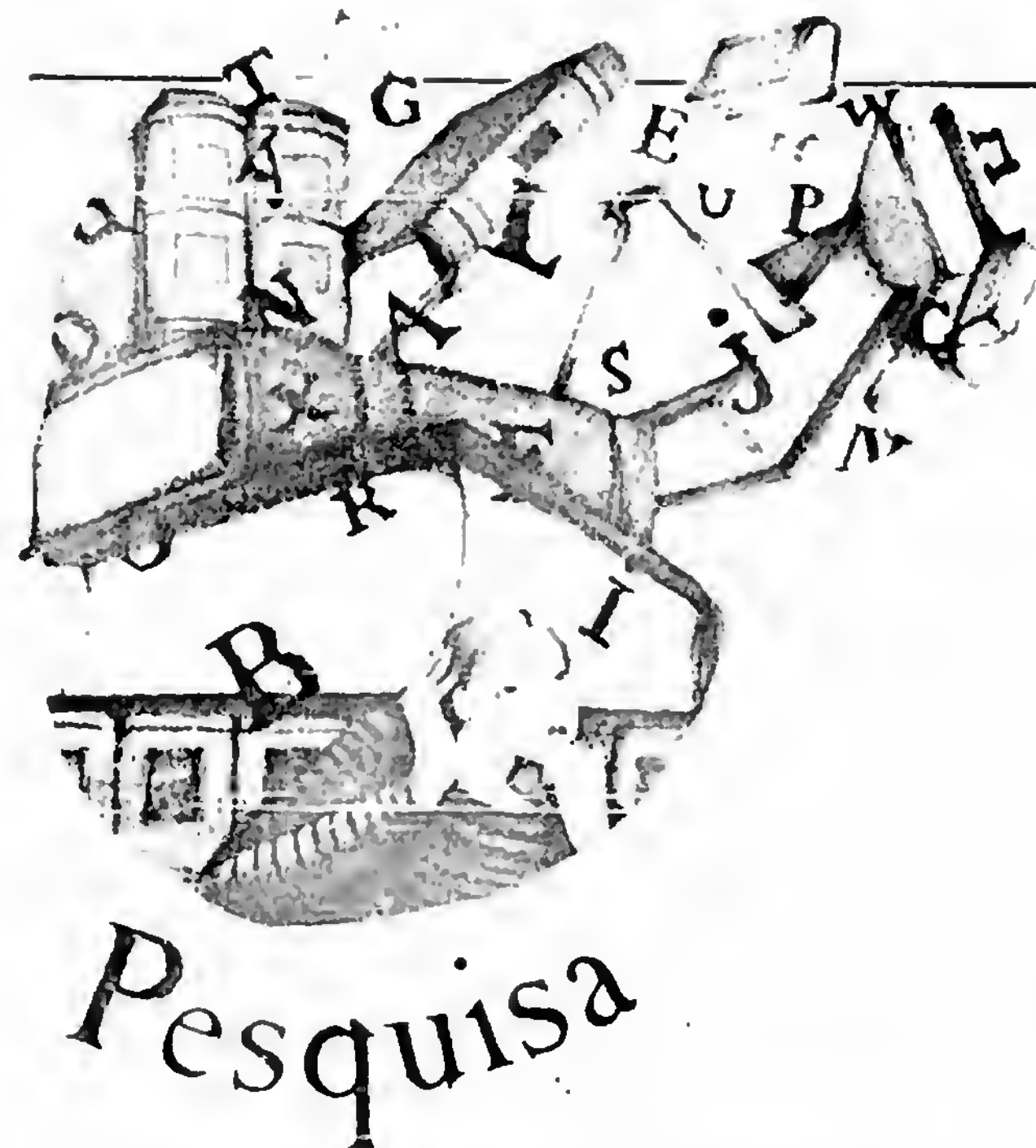
Nascida em 1894, estudou na Europa onde se familiarizou com as idéias feministas. Em 1918, ao retornar ao Brasil, empenhou-se em disseminar na imprensa e na tribuna as reivindicações das mulheres, incentivando a criação das primeiras entidades de defesa dos direitos da mulher: a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher (1919), a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922), a Aliança Brasileira pelo Sufrágio Feminino (1922) e a União Universitária Feminina (1929).

Seu trabalho, ao lado de outras companheiras, resultou na conquista de alguns direitos fundamentais, como o direito de voto às mulheres em 1932 e a entrada de alunas do sexo feminino no ensino secundário oficial em 1922.

A trajetória de vida de Bertha não deixa dúvidas em relação à sua combatividade, ao lembrarmos que foi a segunda mulher a ingressar no serviço público, disputando uma vaga com dez homens. Em 1922, foi eleita vice-presidente da Associação Pan-Americana de Mulheres e, em 1936, ocupou uma cadeira na Câmara Legislativa Federal, onde vigorosamente defendeu os direitos da mulher. Participante ativa de congressos internacionais feministas, teve oportunidade de participar ainda dos eventos do Ano Internacional da Mulher em 1975, no México, como chefe da delegação brasileira.

Bertha Lutz morreu em 1976, aos 82 anos de idade, assistida por amigas dos velhos tempos. As amigas dos novos tempos relembram-na no Tribunal Bertha Lutz numa homenagem a toda uma vida de lutas pela melhoria da situação da mulher em nossa sociedade.

Nota: Os dados sobre Bertha Lutz foram recolhidos do jornal "Mulherio", da Fundação Carls Chagas.



Há mais de uma década, implantaram-se nas universidades norte-americanas os "women's studies", que, tal como os estudos sobre negros, iniciados nos anos 60, pretendem desmistificar a ideologia oficial, negadora dos preconceitos que recaem sobre minorias sociológicas. No caso dos negros, os cursos provocaram mudanças notáveis na visão de mundo dos norte-americanos, como provam a adoção, enquanto professor, do negro brasileiro Abdias do Nascimento e o excelente tratamento recebido, nos Estados Unidos, pelo grande lutador negro do Brasil, Eduardo de Oliveira e Oliveira.

Também em países europeus a disciplina "estudos sobre a mulher" está se generalizando, levando para o seio da educação de nível superior as transformações que se operam na sociedade e minando as idéias que discriminam a metade feminina da humanidade. Entre educação formal e sociedade há uma relação biunívoca: sempre que os problemas sociais são discutidos, estudados e suas soluções encaminhadas no seio da universidade, esta se renova, se atualiza, se torna mais viva; quando a escola superior atribui o estudo de tema científico a um problema social, este passa a ser conhecido nas suas dimen-

sões mais profundas e ocultas, nas suas causas e consequências, enfim, na sua essência. A função precípua da ciência consiste exatamente em desvendar esta essência encoberta sob a aparência mistificada dos fenômenos sociais, tornando esse conhecimento acessível àqueles que não dispõem do instrumental necessário para atingir o núcleo das questões.

TRABALHO PIONEIRO

A ciência social brasileira, internacionalmente respaldada por sua originalidade, tem se dedicado, há vinte anos, a desvendar os mecanismos responsáveis pela discriminação contra a mulher. Antes mesmo que o feminismo emergisse nos Estados Unidos e na Europa, já havia no Brasil quem estudasse este gravíssimo problema social, que impede o desabrochar pleno das potencialidades do ser humano e preserva injustiças.

Conta-se, atualmente, com grande número de trabalhos científicos de excelente padrão, como demonstram os dois volumes de "Mulher Brasileira, Bibliografia Anotada", elaborados pela Fundação Carlos Chagas. Em número e qualidade das pesquisas sobre a mulher, o Brasil já está preparado para instaurar os "wo-

A disciplina "estudos sobre a mulher" está-se generalizando em muitos países, levando para o seio da educação de nível superior as transformações que se operam na sociedade

Uma arma eficiente contra o machismo

Heleieth Saffioti

men's studies" nas universidades, dispondo de amplo material para debruçar-se sobre a realidade nacional e sua comparação com outras nações. A despeito da precariedade da coleta e da divulgação das estatísticas brasileiras, é possível realizar um bom trabalho nesse terreno.

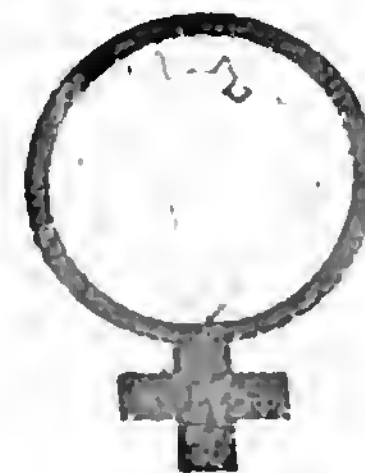
PAPEL DA IMPRENSA

Há que se ressaltar, ainda, o esforço de alguns jornalistas no sentido de difundir, para um público mais amplo, resultados de pesquisas que, embora às vezes áridos, trazem o rigor científico para o combate ao machismo, permitindo estabelecer uma sólida ponte entre os resultados da investigação científica e as pessoas comuns, que têm acesso apenas aos jornais. Lamentavelmente, nem todos os que escrevem sobre a questão feminina possuem cultura geral e competência específica para lidar adequadamente com o tema.

A "Folha de S. Paulo", tem garantido um espaço para as questões feministas, revelando-se, neste domínio, como em outros, um jornal de vanguarda. Outra iniciativa jornalística merece menção. Trata-se de "Mulherio", jornal bimestral elaborado na Fundação Carlos Chagas por

um grupo de pesquisadoras e jornalistas que tem chamado a atenção da população brasileira não apenas para as discriminações de que são vítimas as mulheres, mas também para uma nova maneira de se encarar a vida e as relações entre os seres humanos.

Tão-somente os ignorantes e os mal intencionados não reconhecem o caráter humanizante da mensagem do feminismo e esta única razão já é suficiente para justificar os "women's studies" nas universidades brasileiras. Há que se mencionar, todavia, pelo menos mais um motivo da necessidade da instauração desses estudos na educação de terceiro grau: o fato de que o feminismo constitui hoje um importante movimento social em quase todos os países do mundo ocidental, visando a alterar a posição relativa dos agentes sociais no campo da luta pela realização de uma sociedade menos injusta. Nessa luta, cientistas sociais e jornalistas, cada um em sua relevante função, poderão prestar uma contribuição apreciável na construção de uma sociedade onde não haja discriminados e oprimidos. ■



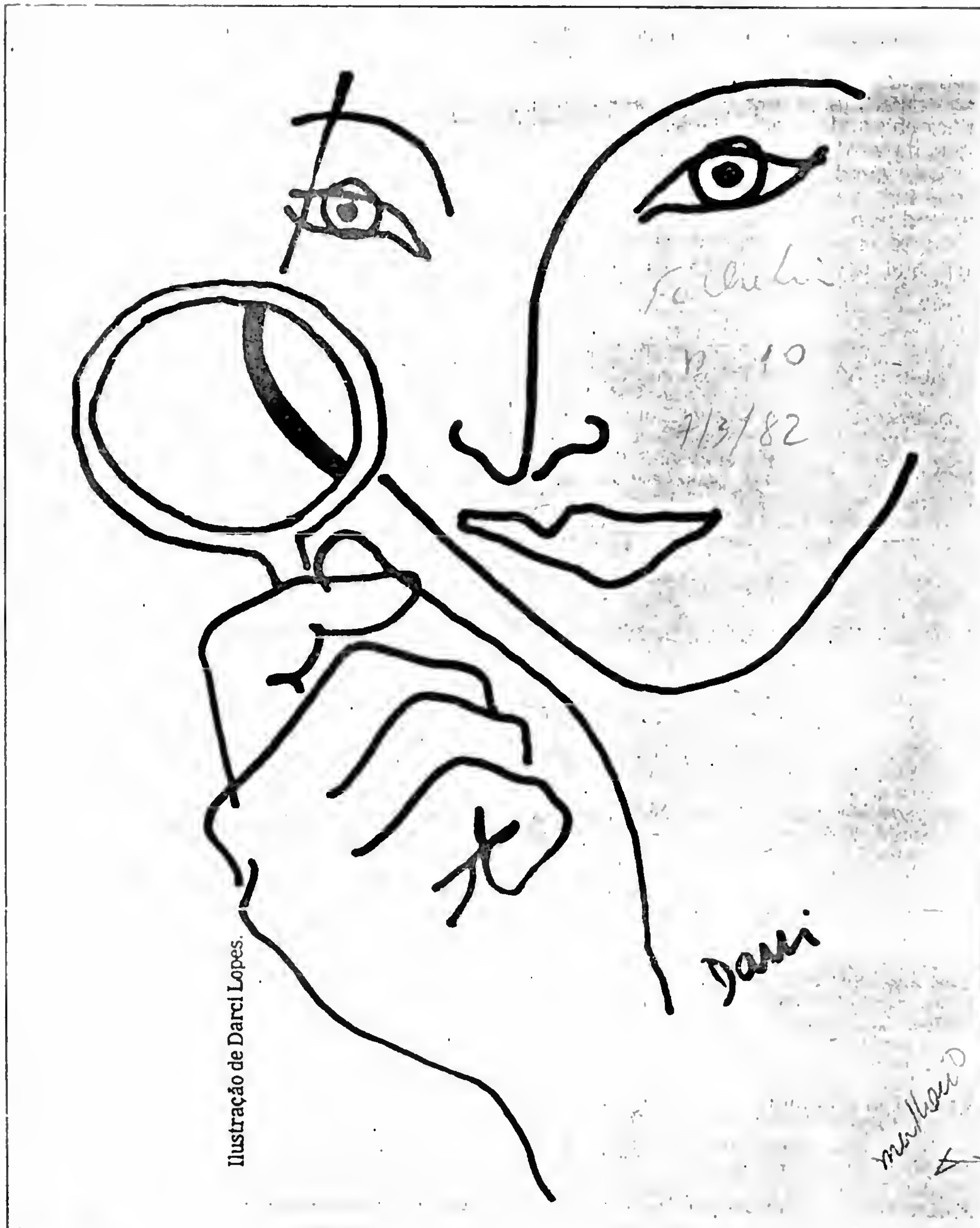


Ilustração de Darci Lopes.

10

chegar e
indicar o que
faltava
- minha

Bibliografia sumária

De mulheres e livros

- ✓ Alambert, Zuleika — "Situação e Organização da Mulher", Global.
- ✓ Alves, Branca Moreira — "Ideologia e Feminismo: a Luta da Mulher pelo Voto no Brasil", Vozes.
- ✓ Alves, Branca e Pitanguy, Jacqueline — "O que é o Feminismo", Brasillense.
- ✓ Barros, Myrian Lins de e Prado, Rosana — "Perspectivas Antropológicas da Mulher 2", Zahar.
- ✓ Blay, Eva Alterman — "As Prefeitas", Avenir.
- ✓ Idem — "Mulher, Escola, Profissão", CERU-USP.
- ✓ Idem — "Trabalho Doméstico: a Mulher na Indústria Paulista", Atica.
- ✓ Bruschini, Cristina e Rosenberg, Fúlvia (orgs.) — "Vivência: História, Sexualidade e Imagens Femininas", Brasillense.
- ✓ Bultoni — Dulcília S. — "Mulher de Papel", Loyola.
- ✓ Cardoso, Irene — "Mulher e Trabalho: as Discriminações e as Barreiras no Mercado de Trabalho", Cortez.
- ✓ Idem — "Os Tempos Dramáticos da Mulher Brasileira", Centro Editorial Latino-Americano.
- ✓ Correa, Mariza — "Os Crimes da Paixão", Brasillense.
- ✓ Frente de Mulheres Feministas — "O que é o Aborto", Cortez.
- ✓ Fundação Carlos Chagas — "Mulher Brasileira: Bibliografia Anotada" — 2 vols., Brasillense.
- ✓ Grupo Ceres — "Espelho de Vênus: Identidade Social e Sexual da Mulher", Brasillense.
- ✓ Hahner, June — "A Mulher Brasileira e suas Lutas Políticas e Sociais, 1850-1937", Brasillense.
- ✓ Idem — "A Mulher no Brasil", Civilização Brasileira.
- ✓ Hellborn, Maria Luiza e outras — "Perspectivas Antropológicas da Mulher 1", Zahar.
- ✓ Horta, Elizabeth Vercaro — "A Mulher na Cultura Brasileira", Imprensa Oficial. B. Horizonte.
- ✓ Madelra, Felicia e Singer Paul — "Estrutura do Emprego e Trabalho Feminino no Brasil", Cadernos Cebrap n.º 13.
- ✓ Marie, Elisabeth (org.) — "Aborto: um Direito da Mulher sobre seu Próprio Corpo", Proposta.
- ✓ Idem (org.) — "Da Velha à Nova Família", Proposta.
- ✓ Moraes, Maria Quartim de e Silva, Maria Mendes da — "Vida de Mulher", Marco Zero.
- ✓ Moraes, Maria Teresa e Rocha, Maria Alice — "Marli Mulher", Avenir.
- ✓ Moraes, Maria Teresa e outras — "Memórias das Mulheres do Exílio", Paz e Terra.
- ✓ Muraro, Rose Marie — "A Mulher na Construção do Mundo Futuro", Vozes.
- ✓ Idem — "Libertação Sexual da Mulher", Vozes.
- ✓ Pena, Maria Valéria Junho — "Mulheres e Trabalhadoras", Paz e Terra.
- ✓ Pimentel, Sílvia — "Evolução dos Direitos da Mulher", Rev. dos Tribunais.
- ✓ Prado, Danda — "Clécera, um Destino de Mulher", Brasillense.
- ✓ Idem — "O que é Família", Brasillense.
- ✓ Idem — "Ser Esposa, a Mais Antiga Profissão", Brasillense.
- ✓ Pravaz, Suzana — "Três Estilos de Mulher", Paz e Terra.
- ✓ Rodrigues — Jessita Martins — "A Mulher Operária: um Estudo sobre Tecelãs", Hucitec.
- ✓ Saffioti, Heleleth — "A Mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realidade", Vozes.
- ✓ Idem — "Emprego Doméstico e Capitalismo 1", Vozes.
- ✓ Idem — "Emprego Doméstico e Capitalismo 2", Avenir.
- ✓ Idem — "Do artesanal ao Industrial: a Exploração da Mulher", Hucitec (Lanç. 24/3 na Livr. T.A. Quatro, S. Paulo).
- ✓ Santa Cruz, Rosalina — "A Operária Metalúrgica", Semente.
- ✓ Silva, Carmen da — "A Arte de ser Mulher", Civilização Brasileira.
- ✓ Idem — "O Homem e a Mulher no Mundo Moderno", Civilização Brasileira.
- ✓ Studart, Helonelda — "A Mulher, Brinquedo do Homem", Vozes.
- ✓ Idem — "Mulher: Objeto de Cama e Mesa", Vozes.
- ✓ Toledo, Regina Antônia e outras — "Dominação da Mulher. Os papéis Sexuais e Educação", Vozes-CMB.
- ✓ Toscano, Moema — "Mulher: Trabalho e Política: Caminhos Cruzados do Feminismo", Ed. Americana.
- ✓ Vlezzler, Moema — "Se me Deixam Falar", Simbion.

Nota: Por motivos de espaço, excluímos desta relação, os textos traduzidos e as publicações periódicas.

Domingo, 7 de março de 1982 FOLHETIM

-suppl. - Quatro de 1969

Não existe cultura inocente, isto é, toda cultura está "contaminada" pelo social e político e nunca para além das circunstâncias. Tem sexo, cor, classe e nunca um sentido em si própria, nas suas realizações, suas obras. Mas este sentido só se concretiza na relação, na maneira como a obra é interpretada, transformada e usada pelo espectador que também é co-autor.

Numa sociedade de discriminação, a cultura é forçosamente discriminatória. Existe uma cultura oficial, institucionalizada, pertencente à classe dominante, criada e divulgada por ela, que é a possuidora dos meios para sua divulgação. Essa cultura é branca, ocidental, rica, heterossexual, patriarcal e, portanto, masculina. As outras formas culturais, minoritárias, são relegadas, impedidas de atuar, ou manipuladas e recuperadas pela cultura oficial.

Qual a situação da cultura criada por mulheres então? Diríamos, a mesma das outras, criada pelas minorias (minorias entendida como não participação no poder), mas não inteiramente. Afinal, a mulher é mais da metade da humanidade e sua influência é grande, embora essa influência, em geral, se dê indiretamente, através do homem, que é o principal criador de cultura em nossa sociedade.

O que seria, entretanto, uma cultura que poderíamos chamar feminina? O "feminino" não é um destino e não é intenção do feminismo fixar a mulher numa identidade específica, seja essa identidade biológica, simbólica ou social. O "feminino" não é um destino, mas uma experiência historicamente vivida e sofrida. Essa experiência foi e é principalmente aquela da dominação. Como dominado, o "feminino" passou a ser considerado o avesso do dominador, o masculino. Diz Mariella Righini: "Eu serei teu negativo em toda parte onde serás o positivo. Eu serei tímida. Onde tu és forte, eu serei frágil. Eu serei superficial, quando tu serás sério. Escrava e tu patrão. Se és vontade, eu serei boazinha, ou má vontade. Se és sujeito, serei sujeitada. Estarei deitada onde estás em pé..." e assim por diante.

CRISE CULTURAL

O "feminino" foi coagido a ser o avesso

A mulher assume um vitalizador papel crítico, denunciando a sociedade do "poder".

A cultura pelo avesso

Anésia Pacheco e Chaves



Uma reinterpretação feminista de "A Criação" de Miguel Angelo

de tudo o que é valorizado e dominante em nossa cultura, essa cultura macha, da competição, da racionalidade, da hierarquia, da força, do desprezo ao corpo, do Estado forte; essa cultura que se estruturou a partir do modelo da família patriarcal, onde o pai é o chefe. O modelo imposto da feminilidade é historicamente colocado na posição de avesso da cultura com C maiúsculo, aquela cujos parâmetros são estabelecidos pelo homem e cujos critérios de valorização são as qualidades tradicionalmente atribuídas à masculinidade. Em decorrência disso, uma cultura que reivindica equivalência em termos de direitos e importância para as características chamadas femininas, e que podem ser en-

contradas na produção de homens e mulheres, torna-se questionadora da cultura no poder, que, já vimos, reproduz os valores estabelecidos como sendo aqueles da masculinidade.

Neste momento, em que vivemos em todo o mundo ocidental uma crise cultural, que é a crise da cultura da dominação, a consciência do seu comprometimento e sua cumplicidade, o questionamento, o discurso crítico sobre o discurso da cultura, talvez seja a única postura possível, independente de se saber se isso é bom ou mau. Apenas é.

VIRAR A HISTÓRIA

A "cultura feminina" (com toda a



Cultura

relatividade e ambiguidade que essa expressão carrega), porque manifesta tudo o que não é considerado de primeira classe na cultura estabelecida, porque representa a dominação originária, torna-se uma das maiores forças críticas da atualidade. Essa força crítica foi longamente neutralizada na ideologia da complementariedade. A mulher, complemento do homem. A reivindicação de autonomia e dignidade do existir humano não permite aceitar a crença de que uma classe, um grupo social, é acessório, complementar de outro ocupando um lugar institucionalizado como secundário.

A questão da autonomia, junto àquela do poder é a questão contemporânea, por excelência. É um apostar na pessoa, não fixando-a a uma identidade estática de ser humano, na clássica tradição humanista, mas como possibilidade de um acontecer novo. A mulher, a partir da consciência que foi despertada pelo feminismo, assume um vitalizador papel crítico, denunciando a sociedade do "poder".

Já que somos o avesso da História, vamos virar essa História.



Vozes do silêncio

Quando se fala em mulher e cultura, não se pode deixar de levar em consideração que, ainda hoje, enormes massas femininas não têm acesso à educação formal e obviamente não têm qualquer condição de participar do que se convencionou chamar de "atividades culturais" em seu sentido restrito. Estatísticas da ONU já demonstraram claramente que entre três analfabetos existentes no mundo, dois são mulheres e elas também estão em posição mais desfavorável que os homens quanto a índices de saúde e alimentação.

Isso não significa que essas mulheres não tenham uma "cultura" no sentido amplo, ou que não tenham uma experiência de vida e uma sabedoria, que só permanecem à margem, porque não entram nos circuitos oficiais. Pensando nisso, há um certo número de mulheres letradas, que, em vez de se dedicarem a pesquisas acadêmicas, têm procurado levantar as condições de vida de suas irmãs mais destituídas, através do recolhimento de testemunhos, que está dando origem a um novo tipo de literatura voltada para as lutas populares. É o caso de Margaret Randall (de origem norte-americana, naturalizada mexicana), que atualmente trabalha na Nicarágua e que é autora, entre outros livros, de uma coletânea de depoimentos colhidos juntos às mulheres nicaraguenses ("Todas estamos despiertas", Siglo 21, México) que participaram ativamente da revolução sandinista que derrubou a ditadura de Somoza (fenômeno que volta a ocorrer com enormes sacrifícios em El Salvador e Guatemala, que já têm as suas heroínas e as suas vítimas, como é o caso da escritora guatemalteca Alaida Foppa).

Em artigo publicado na revista mexicana "Plural" (setembro de 1981) dedicado à mulher na América Latina, Margaret Randall fala da experiência enriquecedora que foi o recolhimento do testemunho dessas mulheres: "Uma mulher

preparada, falando com outra mulher de origem humilde, sobretudo se a primeira é capaz de vencer suas limitações de classe, pode ajudar a criar as condições que permitam à segunda entregar-nos uma visão antes desconhecida em nossa literatura. Al entra em ação a identificação feminina, num exercício cujas possibilidades estão apenas começando a ser exploradas. As coisas que nós mulheres temos em comum — mais além de classe e cultura — ajudam, neste caso, a estabelecer um diálogo livre de interpretações necessariamente masculinas. Diríamos que a consciência mais importante é a de classe, mas a consciência feminista, em sua maior dimensão, deve trabalhar dialeticamente ligada a ela."

E ela dá um exemplo do que considera, em nosso continente, uma experiência modelar desse tipo, referindo-se ao livro já clássico, "Se me deixam falar" em que a brasileira Moema Viezzer soube recolher, com exatidão e respeito, a riquíssima experiência de Domitila Barrios de Chungara, líder boliviana das mulheres de mineiros, que se tornou conhecida em toda a América Latina e no mundo. (M.C.C.) ■



Guerrilheiras sandinistas da Nicarágua

Imprensa feminina é conservadora

As bancas de jornais e revistas do País exibem inúmeros títulos dirigidos à mulher, que têm sucesso garantido junto ao público feminino, embora desfilam em suas páginas, as realidades e personagens que pouco têm a ver com nosso modo de vida.

A ruptura dessas revistas com a mulher e com a cultura brasileiras de modo mais amplo e mesmo a forma como a mulher era tratada nas revistas, antes da indústria cultural se instalar soberanamente, foi objeto de análise da jornalista e professora Dulcília Schroeder Bultoni, do departamento de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da USP. Seu livro Mulher de Papel (Edições Loyola) relata os principais resultados desse trabalho.

INVOLUÇÃO

Folheando a "Revista da Semana", do início do século, ou a revista anarquista "Renascença", dos anos 20, a professora constatou que, até certo ponto, havia nelas um posicionamento a respeito dos assuntos da época e sobre forma como eles atingiam as mulheres. A defesa do voto feminino, por exemplo.

O posicionamento dessas revistas através de crônicas, que hoje corresponderiam aos editoriais, ou de reportagens, não impediam que a anarquista "Renascença" exalasse um certo elitismo ao falar de moda, por exemplo.

A revista "Cigarra", segundo apurou Dulcília, já cumpria a função de levar à mulher temas nacionais, com mais eficiência: "Na época em que Jânio Quadros assumiu a presidência, a revista transcreveu seu discurso de posse, Raquel de Queirós teceu considerações sobre o que as mulheres esperavam do novo presidente e, no mesmo número, a revista entrevistava Dom Helder Câmara".

Até aproximadamente os anos 40, é possível verificar que tais revistas tratavam com maior cuidado os temas de interesse nacional, das pessoas deste País, mesmo na falta de um projeto editorial. "Mas

havia um posicionamento — assinala Dulcília — enquanto, hoje, as revistas não assumem a defesa ou repúdio de causas. O posicionamento vem assinado por pessoas famosas".

CONSERVADORISMO DISFARÇADO

A partir do momento em que as revistas femininas passaram a se alimentar de assuntos e textos importados, com a explosão das telenovelas, com a moda apelando para o consumo, acompanhando a própria escalada no País das multinacionais, as leitoras foram impedidas de se identificar com elas próprias, para assumir o padrão europeu ou norte-americano de beleza.

Além do divórcio da mulher brasileira de sua própria imagem, Dulcília demonstra que a nível de comportamento, os padrões evoluíram de modo insignificante. De modo geral, continuam a reforçar o aspecto conservador, apesar de "o conjunto das revistas atuais ser muito contraditório". Num artigo ela estimula a mulher à autonomia e na página seguinte, ensina mil maneiras de ficar bonita para passar a noite com ele. Se nas antigas defendia-se a virgindade antes do casamento, hoje, em certas revistas consideradas "liberais", ser virgem é quase proibido. "Em nenhum momento se coloca que a decisão é da mulher, enquanto sujeito e não objeto", observa Dulcília.

No entanto, o testemunho das milhares de cartas que chegam às redações e o incontestável consumo exagerado dessas revistas evidenciam a desinformação da mulher acerca de seu próprio corpo, o que leva a professora a crer que, de certa forma, elas têm desempenhado, sob esse aspecto, um papel educativo, com uma ressalva: as saldas propostas para os conflitos são, em geral, conformistas e românticas.

Relegadas a um papel de oferecer apenas distração, tais revistas estão, na verdade, formando a opinião de gerações de mulheres e contribuindo muito pouco para a transformação dos valores tradicionais. (Lúcia Araújo) ■

Ilustração de Mariza Dias Costa.



Colúmbia

Cecília Prada

Fim

11 12
+3/82

"Teresinha de Jesus
de uma queda foi ao chão.
Acudiram três cavaleiros
todos três, chapéu na mão.
O primeiro foi..."

A primeira vez que Anita viu o homem que a perseguia — pele manchada, os olhos de sangue, o nojo, a cusparada, o riso mau se abrindo na boca que tinha só dois dentes — foi quando ela tinha oito anos. Corria dando saltinhos como fazem todas as menininhas despreocupadas. De repente, olhou e viu o homem encostado na cerca olhando suas pernas, o riso que se abria lento, a língua gosmenta alisando os lábios grossos.

Alguma coisa parou em Anita — seu sangue, sua vida, sua alegria. Um sopro gelado o olhar do homem em suas perninhas gordas de garota. Anita correu, correu, chegou em casa sem fôlego, os olhos escancarados num susto, a mãe perguntou que foi, ela disse nada.

A segunda vez foi quando Anita tinha doze anos. Já tinha ficado uma mocinha alta, os seios começavam a abrir seus botões. Estava viajando de trem com a família para a casa da avó. Nas estações se debruçava, queria ver a máquina lá no começo, queria ver o vagão-correio lá atrás, os passes mágicos do chefe-de-estação, levantando o sinal branco, apitando para o maquinista, queria ver o reque-reque das rodas que começavam a se mexer devagar ganhando mais força... De repente, nesse momento em que o trem já começava a se mover numa das estações, viu o homem — pele manchada, os olhos de sangue, a cusparada, o nojo, o riso abrindo na boca que tinha só dois dentes. O homem fixou-a demoradamente. Violando sua blusa, seu seio, sua pequenina identidade de mulher em flor. Anita sentou-se bruscamente no assento de palhinha. A mãe perguntou que foi, ela disse nada.

Na terceira vez foi no hall do ginásio. Anita ia descendo a escada apressada, pulando os degraus de dois em dois, a saia pregueada batendo nas coxas e, de repente, o homem estava lá — ia chegando mais perto, olhava-a lento com o olho de sangue, passava a língua gosmenta no lábio grosso, veio vindo, passou rente de Anita, ela recuou mais ainda, ouviu ele dizendo "gostosa" com um olhar que a deixava nua e tremendo no meio do mundo.

A quarta, a quinta vez, a sexta, Anita via o homem cada vez mais perto. Em todos os lugares, os mais diversos, na praia, no cinema, no ônibus, sempre o mesmo, chegando perto, passando a mão na sua coxa, murmurando grossuras num canto de esquina, o

homem o mesmo, imutável, que não envelhecia nem mudava de cara, estava sempre ali, o olhar da posse que não se realizava mas que a atingia em maldade. Na buate, no bar, no hotel, na universidade, na viagem — sempre lá. Enquanto tudo ia acontecendo na vida de Anita, como no comum da vida das mulheres, Anita que crescia, madurava, casava, tinha filho, mudava de casa, brigava com o leiteiro, perdia os pais, era operada, se desquitava...

O homem, sempre o mesmo, sinistro, ameaçador, sempre se arrogando o direito de dizer-lhe coisas, embora estas variassem com o tempo, de propostas obscenas a constatações, de beleza, de mocidade, de gravidez, de luto, de dor, de gordura, de magreza, de envelhecimento, da ruga do canto dos olhos, dos lábios tristes caídos... ele, alvar, o maxilar sem dentes, a pele escalavrada, grosseiro, ignorante, mas sempre o macho opinador exercendo seus poderes soberanos sobre ela. E ela, embaraçada, dolorida, envergonhada, sem dizer nada, retraída, sem poder expressar — paralisada a sua garganta com mão de ferro — o nojo, o mesmo que tinha sentido quando tinha oito anos, o mesmo medo, a mesma profunda revulsão de seu corpo, de seu ser inteiro.

Um dia — Anita tinha quarenta e um anos, estava bem vestida, sentindo-se extraordinariamente bem no seu corpo magro e firme, era uma manhã de sábado e aceitou o convite para almoço de uma amiga. Viu um ônibus vazio. Entrou, aceitando feliz o dom daquela manhã de sol. Estava amando novamente naquela época, novamente se sentindo amada, a pele brilhava corada, os olhos, seus grandes olhos de menina curiosa se ofereciam risinhos às pessoas. Quando levantou-se para descer, um passageiro sentado no primeiro banco olhou-a com admiração, fez um comentário em voz baixa com o motorista. Este voltou-se para olhá-la (Anita reconheceu num choque o rosto manchado, os olhos de sangue, o riso alvar sem dentes). Ele riu alto num desprezo, depois de despi-la medindo-a de alto a baixo:

— Mulher de quarenta anos pode jogar no lixo para mim.

E ria um riso baixo em ê ê.

Anita desceu do ônibus e se sentiu sozinha na calçada, sozinha, cusplida. Suja.

Numa outra tarde de inverno, numa cidade do sul do País onde fora passear, Anita seguiu no calçadão do centro vendo as vitrines, pensando num "tailleur" azul-marinho que queria comprar, quando, de repente, numa volta, no choque de sempre, viu-o: encostado na parede, os olhos que cada vez se carregavam mais de ódio, a baba, o riso mau, escutou algo como "esta mulher me perturba", andou depressa, já assustada, já lesada no seu direito de sair à rua, como sempre, como desde menina. Numa outra volta do passeio, ele estava lá, fechando-lhe a passagem.

para dizer bem alto, rindo seu riso sem dentes em ê ê.

— Você já é bem velha.

Ele, homem sem tempo, que não envelhecia nem mudava, numa constância de maldade e sujeira.

Anita já era avó, o corpo jovem e magro ainda, os cabelos brancos sedosos. Era uma tarde de muito bem-estar, em Ipanema, passeava pela calçada da praia com o netinho, quando de repente o mesmo homem, imutável, o homem da sua infância, da sua mocidade, da sua maturidade, da sua velhice, imutável através dos tempos, reapareceu mais horrroso do que nunca, fulgando-a, despiendo-a, afrontando-a, atirando-lhe numa cusparada uma obscenidade vil, desejo frustrado de um corpo que nunca seria seu, violando-a na frente do menino de quatro anos e ao mesmo tempo mais uma vez chamando-a de "velha".

Mas então, depois de tantos anos de abalhar a cabeça e aceitar a conspurcação, Anita foi sentindo dentro dela crescer num ódio represado a sua indignação, o seu direito de sair à rua, de ser menina, adolescente de pernas nuas, mulher adulta de corpo sadlo, mulher madura de rosto triste e cansado, o direito — até — de tranquilamente passear pela praia com o neto, o direito supremo de SER mas ser tranquilamente, em paz, sem a ameaça permanente da frase hunca pedida, elogio, obscenidade, vitupério, reparo sobre vestido novo, qualquer coisa, enfim. Numa exasperação, cresceu de repente para o homem, encarando-o firme nos olhos de bicho — pela primeira vez, enfim contestando, enfim revoltada, enfim ela também, gente, encarando-o sem medo, abriu a boca, ia dizer-lhe o que sentia por ele, ia fazer um gesto que lhe tentaria interromper para sempre a perseguição nunca querida...

Mas então, o riso semi-escancarado na boca sem dentes do homem boçal fechou-se de repente. E de repente, sem mais, a lâmina da face brilhou pronta, ali à sua espera estivera a vida toda, sim, até o orgasmo climax, a lâmina um brilho mau na face que era doce e azul, enterrando-se com força na garganta de Anita — e ela, a doce senhora de cabelos brancos, caiu na calçada sobre o corpinho do neto que gritava sem compreender.

Enquanto isso, o homem, exatamente o mesmo, o de sempre, o da sua infância, o do trem, o do hall do ginásio, da manhã no ônibus, da tarde no sul do País, do cinema, da rua, do bar, curvado sobre ela, numa realização final, vibrava mais uma, duas, trinta faixas no corpo inerte nunca possuído, de uma mulher que nunca conhecera. E que sempre odiara.